

UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

**O PROJOVEM COMO MECANISMO DE RESSOCIALIZAÇÃO E
INCLUSÃO SOCIAL**

JHONATAN SILVARES LOPES

VILA VELHA
AGOSTO / 2016

UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

**O PROJovem COMO MECANISMO DE RESSOCIALIZAÇÃO E
INCLUSÃO SOCIAL**

Dissertação apresentada a
Universidade Vila Velha – ES, como
pré-requisito do Programa de Pós-
Graduação em Segurança Pública
para a obtenção do grau de Mestre
em Segurança Pública.

JHONATAN SILVARES LOPES

VILA VELHA
AGOSTO / 2016

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

L864p	<p>Lopes, Jhonatan Silves. O projeto Projovem como mecanismo de ressocialização e Inclusão social / Jhonatan Silves Lopes. – 2016. 103 f.: il.</p> <p>Orientador: Henrique Geaquinto Herkenhoff. Co-orientadora: Maria Regina Lopes Gomes Dissertação (mestrado em Segurança Pública) Universidade de Vila Velha, 2016. Inclui bibliografias.</p> <p>1. Violência – Aspectos sociais. 2. Inclusão social. 3. Política pública. I. Herkenhoff, Henrique Geaquinto. II. Gomes, Maria Regina Lopes. III. Universidade Vila Velha. V. Título.</p> <p>CDD 303.6</p>
-------	--

JHONATAN SILVARES LOPES

**O PROJOVEM COMO MECANISMO DE RESSOCIALIZAÇÃO E
INCLUSÃO SOCIAL**

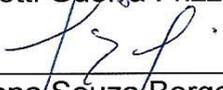
Dissertação apresentada à
Universidade Vila Velha, como pré-
requisito do Programa de Pós-
Graduação em Segurança Pública,
para obtenção do grau de Mestre
em Segurança Pública.

Aprovada em 11 de agosto de 2016.

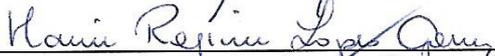
Banca Examinadora:



Profa. Dra. Tânia Mara Zanotti Guerra Frizzera Delboni (UFES)



Profa. Dra. Luciana Souza Borges (UVV)



Profa. Dra. Maria Regina Lopes Gomes (UVV)



Prof. Dr. Henrique Geaquinto Herkenhoff (UVV)
Orientador

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo cuidado, pelas bênçãos e pela certeza da vitória, dEle vem toda a força que tenho recebido;

Ao meu orientador

Professor **Dr^a Henrique Geaquinto Herkenhoff**, pela competência, presteza, apoio e incentivo, pelas horas de orientação;

Agradeço aos Professores **Dr^a. Luciana de Souza Borges**, **Dr^a. Maria Regina Lopes Gomes** e **Dr^a. Tania Mara Zanotti Guerra Frizzera Delboni** pela contribuição ao aceitarem participar da Banca Examinadora;

Aos professores do Mestrado, pelos relevantes ensinamentos e formação de qualidade;

Aos colegas do Mestrado pela convivência e solidariedade durante todo o processo de formação. Agradeço à Pâmela que me colocou em contato direto com o “Projovem” e todo carinho, e em especial à querida Michele, pela ajuda que dispensou durante todo o curso;

À Fundação de Amparo à Pesquisa de Espírito Santo – FAPES, que subsidiou financeiramente este estudo.

Agradeço à Secretaria de Justiça - SEJUS, na pessoa do Sr. Wallace Tarcísio Pontes, Secretário de Estado da Justiça; Silvia (Subgerente de Educação) e Tiara (Coordenadora de Educação Profissional) que me receberam com toda atenção, colaborando para a realização desta pesquisa;

Agradeço ao Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social e Educacional do Espírito Santo - IPPES na pessoa de sua coordenadora, Letícia Possatti, que me deu a oportunidade de trabalhar como educador através do “Projovem”.

Agradeço a toda equipe de servidores nos presídios, em especial ao Cristiano Guedes, pela ajuda, presteza, contribuição, dedicação e empenho em seu trabalho no processo de ressocialização dos internos.

E em especial à família Campagnaro pelo apoio e incentivo, ao meu amigo Eduardo Baunilha pela força e ajuda em minha pesquisa nos momentos finais, minha família e amigos que me apoiaram direta e indiretamente que, com amor, carinho e paciência estiveram ao meu lado em todos os momentos desta jornada.

“O homem deve estar consciente de que sua missão é viver uma vida plena de sentido, e dar respostas transcendentais a cada situação. Pode ser despojado de tudo, menos da liberdade de decidir que atitude tomar diante das circunstâncias. E poder dizer sim a vida, independente de tudo”.

(Viktor Frankl)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	13
1 DA (IN)EFICÁCIA DA PRISÃO E A REINTEGRAÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DA PENA	15
2 O QUE É PROJÓVEM?	24
2.1 Projóvem Trabalhador	26
2.2 Projóvem e suas realidades	32
2.2.1 Projóvem nas realidades prisionais	32
3 A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA LIBERDADE	43
3.1 Educação e mudança social segundo Paulo Freire	47
3.2 A Educação e a complexidade de amar os “não amáveis”	50
4 ADOLESCENTE E ATO INFRACIONAL: A educação não formal como fator de proteção	56
5 AS EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO E CONDIÇÕES PARA REINTEGRAÇÃO SOCIAL	63
6 O PROJÓVEM IMPLANTADO NO XURÍ.....	67
7 ENTREVISTAS, COMPARAÇÕES E DISCUSSÃO	72
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS.....	94
ANEXOS	98

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico1- Classificação Étnica	72
Gráfico2–Classificação grau de escolaridade alunos do projeto	74
Gráfico3–Grau de escolaridade – INFOPEN.....	74
Gráfico4–Tempo para progressão de regime.....	75
Gráfico5–Atividade laborativa	76
Gráfico6–Pessoas trabalhando por meio de obtenção da vaga de trabalho	77
Gráfico7–Benefício (conhecimento)	89
Gráfico8– Preparados para o mercado de trabalho	89

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Carga horária da Qualificação/ Profissional.....	28
TABELA 2 – Atendimento das expectativas dos alunos.....	33
TABELA 3– Atendimento das expectativas dos educadores para com o futuro dos jovens que participavam do programa	35
TABELA 4 – Pessoas em atividades educacionais	40
TABELA 5 –Funções e qualificações do Projovem	69
TABELA 6 –Etnia (autodeclaração) - Sejus.....	73
TABELA 7 –Pessoas privadas de liberdade em atividade laboral por unidade da Federação	78

LISTA DE SIGLAS

IBGE –Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PROJOVEM–Programa Nacional de Inclusão de Jovens

UNESCO–Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

CONFITEA - Conferência Internacional De Educação De Adultos

CSJ - Consórcio Social da Juventude

PNJ – Política Nacional da Juventude

CAGED - Cadastro-Geral de Empregados e Desempregados

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

FAGR - Formas Alternativas Geradoras de Renda

RESUMO

LOPES, Jhonatan Silves. **O projeto Projovem como mecanismo de ressocialização e inclusão social.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Vila Velha, Vila Velha/ES. 2016. Orientador: Henrique Geaquinto Herkenhoff.

Num cenário social em que vemos uma corrida na busca desenfreada por meios e mecanismos para se reduzir os índices de criminalidade e violência, nossa pesquisa verificou a eficácia do projeto de inclusão social Projovem, como um mecanismo de ressocialização e inclusão social. Considerando que esse projeto foi realizado no Complexo Penitenciário do Xurí, esta pesquisa trouxe um breve relato sobre outros programas de mesmo caráter, tornando possível uma leitura perceptiva dos objetivos desses projetos fazendo uma comparação entre o Projovem, interesse de nossa pesquisa, e os demais cursos que funcionam em nosso país. Tivemos o cuidado de analisar o espaço da atividade do projeto, no nosso caso específico, o presídio, caracterizando-o sobre vários aspectos: espaço físico, capacidade de lotação e estrutura. Sendo assim, estudamos a relevância do referido programa de inclusão social Projovem e procuramos identificar e dar visibilidade, por meio da metodologia da pesquisa adotada, às propostas de ensino e objetivos do programa além da sua contribuição na redução dos índices de violência e reincidência criminal dos jovens em situação de privação de liberdade. A pesquisa intenciou fazer uma análise da eficácia desse programa e de sua metodologia de ensino como políticas públicas que podem contribuir para que os internos avancem em seu processo de ressocialização. Como caminho metodológico para atender aos objetivos pensados, fizemos levantamentos de alguns dados que foram usados como indicadores deste estudo, já usados em pesquisas de natureza semelhante, caracterizamos a população carcerária pelo grau escolaridade dos indivíduos, etnia e idade, e realizamos entrevistas com os sujeitos envolvidos como um modo de evidenciar os benefícios trazidos pelo programa e o seu caráter contributivo no processo de ressocialização e inclusão social dos presos, que é a nossa aposta política da pesquisa.

Palavras-chave: Projovem, Ressocialização carcerária, Inclusão social, Violências. Criminalidades.

ABSTRACT

LOPES, Jhonatan Silveiras . **The Projovem project as re -socialization mechanism and social inclusion**. Thesis (MA) - University Vila Velha , Vila Velha / ES . 2016. Advisor: Henrique Geaquinto Herkenhoff .

In a social setting in which we see a race in frantic search for ways and means to reduce rates of crime and violence, our research found the effectiveness of social inclusion project Projovem, as a mechanism for rehabilitation and social inclusion. Whereas this project was carried out in the Prison Complex Xuri, this research brought a brief account of others of the same nature programs, a perceptive reading making possible the objectives of these projects making a comparison between the Projovem, interest of our research, and other courses that work in our country. We took care to analyze the scope of the project activity, in our specific case, the prison, featuring it on various aspects: physical space, seating capacity and structure. Thus, we study the relevance of that social inclusion program Projovem and seek to identify and give visibility through the research methodology adopted, the educational proposals and objectives of the program beyond its contribution in reducing levels of violence and recidivism of young people in situation of deprivation of liberty. Research intenciou to analyze the effectiveness of this program and its teaching methodology as public policies that can contribute to the internal advance in their rehabilitation process. As a methodological way to meet the designed goals, we survey some data that were used as indicators of this study, already used in similar surveys, we characterized the prison population by grade education of individuals, ethnicity and age, and conducted interviews with the subjects involved as a way to highlight the benefits of the program and its contributory in the rehabilitation process and social inclusion of prisoners, which is our political commitment to research.

Keywords: Projovem, resocialization prison, social inclusion, Violence and Crime.

APRESENTAÇÃO

Toda pesquisa deve ser impulsionada por algum motivo, todo pesquisador precisa de um ponto de partida ou um questionamento que o leve à investigação e que o instigue a estudar um certo tema, a produzir dados, informações, e investir tempo e esforço para se chegar à um fim proposto.

Aqui venho expor um pouco sobre a trajetória que me levou a escrever sobre o tema desta pesquisa — “O projeto projovem como mecanismo de ressocialização e reinserção social”, que busca compreender a importância da qualificação social e profissional de um projeto educacional de políticas públicas na vida dos reclusos no sistema penitenciário, e sua influência no processo de ressocialização e reinserção desses de jovens no convívio social.

Primeiro, envolvi-me com projetos de políticas públicas na adolescência quando ingressei no programa menor aprendiz. Desde o início de minhas atividades passei a observar quanto conhecimento é possível ser assimilado no período teórico do curso, e o quanto essa teoria nos possibilita pôr em prática tudo o que aprendi nessa fase. Tais cursos têm uma metodologia quase que padrão, que oferece um período de qualificação social e profissional aos alunos, e logo após, por meio de parcerias entre o Governo e empresas, insere esses jovens em sua área de qualificação.

Pude me encontrar anos depois com um amigo de turma que havia participado do mesmo programa e, ao comentarmos sobre o período da vida em que estudamos juntos como menor aprendiz, percebi uma certa gratidão no discurso do meu ex-companheiro.

O discurso dele fez surgir em mim uma vontade de pesquisar sobre os benefícios que projetos dessa natureza podem trazer na vida das pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social. Esse interesse foi despertado quando ouvi desse amigo, tais palavras: *“Graças ao curso que fizemos, pude ingressar no mercado de trabalho. Eu morava em um bairro perigoso e era constantemente chamado pelos meus amigos para cometer alguns atos ilícitos, mas no período em que eles cometiam crimes, eu estava no curso aprendendo o trabalho e conceitos importantes*

para a vida". "Todos os amigos daquela época, ou estão na cadeia ou estão mortos, não tive o mesmo fim, por causa do curso".

Pouco tempo depois fui chamado por uma colega do mestrado, que trabalhava em um presídio para realizar palestras sobre ética e cidadania em uma das unidades do Complexo Penitenciário do Xuri e logo após, para atuar como instrutor no Curso de Inclusão Social conhecido como Projovem. O curso tinha as mesmas características do programa que participei na adolescência, mas foi adaptado para atender jovens reclusos no sistema penitenciário.

A partir dessa experiência, decidi sobre o tema de pesquisa e o recorte que faria para o estudo, a área de atuação, o alvo da pesquisa e a meta que queria alcançar. As propostas que levantei foram as seguintes: o curso é efetivo na tentativa de prevenção da violência? O caráter ressocializador apregoado pelo Projovem consegue maximizar nos jovens participantes o desejo de vislumbrar uma vida mais significativa?

INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objetivo verificar se o Projovem – um projeto de inclusão social implantado em presídios do Complexo Penitenciário do Xurí –, pode *contribuir no processo de reintegração e inclusão social dos jovens privados de liberdade*. Pretendemos ainda, *dar visibilidade aos benefícios adquiridos pelos internos ao participar desse projeto que influencia no processo de reintegração social*.

Para isso, participamos de dois cursos ofertados pelo Projovem aos internos das Unidades PEVVI e PEVVII no Xurí, como instrutor teórico. Os cursos ofertados foram de qualificação profissional, na modalidade “Instalador Predial”, com 350h, e o curso do Arco Ocupacional “Administração” que capacita nos serviços de Arquivador, Almojarife, Contínuo e Auxiliar administrativo, com carga horária de 350h. Dessa forma, na visão dos participantes, poderíamos conhecer diretamente o potencial efeito reintegrador desses cursos.

Nossa pesquisa aposta e acredita que os cursos de inclusão social podem influenciar direta e/ou indiretamente no processo de reintegração e inclusão dos apenados, pois ao participarem desses programas estarão sob a influência de fatores positivos ligados à sua estrutura física e social.

Diante dessa aposta, levantamos as seguintes questões de investigação:

Será que o curso teria o mesmo efeito de prevenir as violências? O caráter ressocializador apregoado pelo Projovem seria eficaz para maximizar nos jovens participantes o desejo de vislumbrar uma vida mais significativa?

Na tentativa de responder a essas questões, estruturamos nossa pesquisa em alguns capítulos através dos quais versaremos, no capítulo 1, sobre a dificuldade da reintegração e inclusão social quando a situação se relaciona diretamente com o cárcere como medida de correção social.

No segundo capítulo, iremos discorrer sobre o Projovem, fazendo um levantamento de sua estrutura e do seu funcionamento.

No capítulo 3 trataremos sobre como a educação pode contribuir, como um instrumento público, para ajudar a concatenar nas práticas sociais dos jovens participantes uma vontade de cidadania.

Em seguida, no capítulo 4 discorreremos sobre a pesquisa “Adolescente e ato infracional: A educação não formal como fator de proteção”, da pesquisadora Rafaela Fuentes, baseada na proposta de uma educação que decorre fora do ambiente escolar, mas com conteúdo desenvolvido para atender as necessidades da realidade em que se vive, voltada à adolescentes em situação de risco, e que contribuiu positivamente para o não envolvimento e o cometimento de atos infracionais pelos mesmos.

No capítulo 5 discutiremos a respeito das experiências de educação e condições para reintegração social. Posteriormente no capítulo 6, trataremos sobre a experiência do “Projovem” implantado no Complexo Penitenciário do Xuri.

No capítulo 7 discutiremos a respeito dos resultados que obtivemos por meio da experiência de participação direta do Projovem e por fim, faremos nossas conclusões.

Cabe ressaltar as limitações que enfrentamos para a realização desse estudo. Um desses problemas foi o acesso para fazer entrevistas com os participantes do Projovem desde o período de sua implantação nos presídios. Outra dificuldade encontrada é o fato de muitos internos poderem ser transferidos de unidade ou progredirem de regime, indo para o semiaberto, podendo exercer trabalho externo.

Tendo em vista altos índices de reincidência criminal que chega às marcas de 70% em nosso país, acreditamos ser relevante discutirmos a inserção do trabalho educacional, por meio de um programa ofertado pelo Governo. De caráter relevante, consideramos o objeto dessa pesquisa, para o Programa de Mestrado em Segurança Pública, uma vez que temos altos índices de reincidência criminal, que segundo o Instituto Avante de pesquisas (2014), chega às marcas de 70% em todo país, e que podem ocorrer pelo não cumprimento das condições de reintegração social previstas pela Lei de execuções penais (ASSIS, 2007, p.75).

Entendemos também que para o processo de reintegração e inclusão social de indivíduos apenados, é preciso que se tenha condições favoráveis para se alcançar

o que é proposto pelo próprio escopo do projeto, por isso a pertinência dessa pesquisa.

1. DA (IN)EFICÁCIA DA PRISÃO E A REINTEGRAÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DA PENA

Uma grande celeuma surge quando se discute a eficácia do sistema penal e o caráter de ressocialização da pena, especialmente nas cátedras de ensino sociológico ou jurídicos.

Autores como Alessandro Baratta (2005) e Louk Hulsman e Cellis (1982) sustentam que tal sistema tão somente tem servido para estigmatizar, segregar e excluir indivíduos das classes dominadas, sendo o estigma considerado um dos vários fatores que inviabilizam a correção do sujeito.

Para entender tal afirmação é preciso compreender um pouco do processo histórico que originou nosso atual sistema penitenciário, desvendar os erros genéticos desse sistema tão ineficaz no que tange à correção de sujeitos que cometem o ilícito penal. Ainda devemos discutir quais os problemas presentes do sistema que também não concorrem para a ressocialização e inclusão dos indivíduos.

A instituição carcerária moderna nasce durante o período entre os séculos XVI e XIX, na Inglaterra e na Europa Continental, quando o processo social que cria o capitalismo começa a separar o trabalhador da propriedade e das condições de trabalho, como é dito na obra *O Capital* de Karl Marx(1983) .

Para entendermos melhor a lógica dessa ideologia, buscamos uma explicação em André Carvalho e Sebastião Martins (1992), no livro intitulado *Capitalismo*. Segundo os autores capitalismo “é um sistema de produção, distribuição e consumo de mercadorias que associa o capital e o trabalho assalariado e tem o objetivo de gerar lucro para o capitalista, através da satisfação de alguma necessidade humana” p. 20.

Tal processo é tratado por Dario Melossi e Massimo Pavarini (2006) como fenômeno de dissolução econômica, política, social, ideológica e dos costumes do mundo

feudal. Esses autores ainda retratam que com a mudança no sistema, houve a carga de trabalho cada vez mais pesada sobre as massas camponesas, que não tinham outro modo de evitá-la senão através da vagabundagem pelos campos ou fugindo para as cidades; sendo definido assim o cenário da época:

Os campos, mas, sobretudo as cidades, que já representavam, com o desenvolvimento da atividade econômica e, em particular, do comércio, um pólo de atração notável, começaram a povoar-se com milhares de trabalhadores expropriados, convertidos em mendigos, vagabundos e às vezes bandidos, porém em geral, numa multidão de desempregados (MELOSSI e PAVARINI, 2006, p.34).

Esse novo processo culminou na expulsão de homens, mulheres, crianças das terras e das condições de trabalho. Marx (1970) nos mostra que os expulsos das terras pela dissolução dos laços feudais, por conta das circunstâncias, teriam dificuldade de se adaptar à nova situação e acabariam se tornando em massa, mendigos, bandidos e vagabundos, que no final do século XV e durante o século XVI, sofreriam com a legislação sanguinária contra a vagabundagem vigente em toda Europa Ocidental (MELOSSI e PAVARINI, 2006).

Ainda sobre esse período, mais especificamente no ano de 1530, fora editado um estatuto que deveria regular o tratamento a ser dado aos desocupados ou vagabundos da sociedade. Em tal documento obriga-se o registro e distinção entre os indivíduos que estavam autorizados a mendigar, por serem incapazes de realizar trabalho e os demais, sobre os quais não podia recair nenhuma espécie de auxílio ou caridade, sob pena de serem cruelmente açoitados até sangrar (MELOSSI e PAVARINI, 2006).

Assim, a política social inglesa de correção e de exemplo seguiu-se com a prática dos açoites, do desterro e da execução capital, que duraram até a metade do século XVI, quando as notáveis figuras do clero inglês ficaram alarmadas com a densa massa de mendigos em sua notável Londres.

Por causa disso, solicitaram ao rei providências à alarmante situação da cidade, que em resposta, autorizou o uso do castelo de Bridewell para limpar a cidade, recolhendo os ladrões, os ociosos, os vagabundos e praticantes de pequenos delitos (MELOSSI e PAVARINI, 2006).

Segundo Van der Slice (1948) *apud* Melossi e Pavarini (2006), tal medida, dirigida com rígida guia, visava reformar os internos através da aplicação do trabalho e da disciplina, servindo também como meio de desencorajar os pretensos seguidores do caminho da vagabundagem e obrigá-los a trabalhar para o próprio sustento. Slice (1948) esclarece que o trabalho realizado nesse local era, na maioria das vezes, o labor têxtil. Essa medida alcançou sucesso tal, que em várias regiões da Inglaterra foram criadas as *houses of correction* (casas de correção), que foram denominadas de *bridewells*, nome do castelo onde fora fundado o sistema primário de correção.

É possível percebermos originalmente que, desde a sua concepção, o sistema já é marcado como uma política de controle social, visando limpar as cidades da presença de sujeitos indesejáveis. Também visava, ensinar através do castigo e enclausuramento a permanecerem vivendo sob péssimas condições de vida e trabalho, a fim de promover um novo sistema econômico, o capitalismo, que nascia com a queda do feudalismo.

Atualmente, em nossos presídios, percebemos a manutenção da mesma atitude arcaica preconizada por Slice (1948): a limpeza das ruas por meio da exclusão social de criminosos e vagabundos, através da vida no cárcere.

O que se vislumbra na prática, é que, além do erro quanto a finalidade do sistema, encontramos outros fatores que agravam ainda mais as condições e meios para corrigir as condutas desviantes. É possível enxergar como barreiras à essa proposta a estigmatização dos sujeitos, condições que degradam socialmente e psicologicamente os indivíduos. Através dos índices de reincidência nos presídios brasileiros podemos ter um vislumbre da veracidade dessas afirmações.

O Brasil é um país que possui um alto índice de reincidência criminal, fato comprovado pelas pesquisas do Instituto Avante de Pesquisa, quando no ano de 2014 constatou que 70% dos indivíduos que passam pelo sistema penal são reincidentes.

Diante desse fato e por diversos estudos empíricos sobre a vida no cárcere, baseada nos seus aspectos psicológicos, sociológicos e de organização, muitos pesquisadores afirmam que o atual modelo de prisão no Brasil não favorece a ressocialização e reinserção de indivíduos (BARATTA, 2011).

O sistema passa a colher frutos contrários ao esperado, quando os submetem a rituais degradantes de correção, como dividir uma cela entre vários sujeitos, ter de fazer as necessidades sem privacidade, alimentar-se com cheiro de urina e fezes, ou mesmo aglomerar-se na hora do repouso.

Nas palavras de Alessandro Baratta (2011), psicologicamente o apenado sofre marcas extremamente negativas pelo sistema do cárcere;

Exames clínicos realizados como os clássicos testes de personalidade, mostraram os efeitos negativos dos encarceramentos sobre a psique dos condenados e a correlação destes efeitos com a duração daquele. “A conclusão a que chegam estudos deste gênero é que “a possibilidade de transformar um delinquente antissocial violento em um indivíduo adaptável, mediante uma longa pena carcerária, não parece existir” e que “o instituto da pena não pode realizar a sua finalidade como instituto de educação” (Baratta, 2014. p.184).

Assim, devemos salientar que as privações sociais, familiares, e sexuais que aos indivíduos são impostas pelas circunstâncias do enclausuramento, também contribuem significativamente para o processo de reincidência do apenado, privações que trazem grande desconforto, tristeza, baixa autoestima e desânimo.

Como um dos obstáculos no processo de ressocialização do indivíduo encarcerado, está o estigma, a rotulação que é conferida socialmente ao indivíduo, e aceita inconscientemente por ele.

No filme “O experimento de aprisionamento de Stanford”, dirigido por Kyle Patrick Alvarez, temos um exemplo do quão deletérico pode ser a utilização de recursos de correção que não visem o indivíduo como um todo.

Na película, o Dr. Philip Zimbardo, professor na Universidade de Stanford, em 1971, selecionou 24 alunos voluntários para atuarem como detentos e guardas em uma prisão simulada, para analisar a origem do comportamento abusivo no sistema prisional.

Acresce que os resultados espantaram o mundo, quando, em poucos dias, os participantes, que eram estudantes de classe média, se transformaram em sádicos enlouquecidos pelo poder e vítimas submissas.

Um dos alunos que simulava um preso, ao longo do experimento foi entrevistado pelo doutor e por um ajudante que interpretava um agente de condicional. Como agente, este acusava o preso de delitos que não haviam sido realizados e o aluno/preso, fragilizado pelo enclausuramento e pelo tratamento degradante, agia com angústia por acreditar que os havia cometido.

Segundo pesquisas de Hulsman e Celis (1993), essa marca deixada pela rejeição social, pode determinar que o indivíduo realmente se enxergue como um “desviante” e, portanto, viver como tal.

Ademais, Hulsman e Celis (1993) afirmam que o sistema penal não deve ser o meio para se criar no sujeito o sentimento de culpa e arrependimento pelo que fez. Porque o contexto do enclausuramento não propicia um momento de reflexão que o leve a uma possível mudança de comportamento.

Partindo do princípio da *Teoria do Etiquetamento*, Baratta (2014) ensina que a rotulação criada sobre os indivíduos desviantes atinge de forma desigual e desproporcionalmente as camadas mais débeis e ou precárias da população.

Esse fenômeno de estigmatização, segundo o autor, passa a criar no sujeito a aceitação de sua identidade criminosa e desviante, dada a eles, antes mesmo de uma condenação penal. Cria em toda a sociedade o seu distanciamento quanto à esses indivíduos, a ponto de não haver mais sociabilidade entre esses dois grupos. Existe, portanto, um processo de criminalização do sujeito, que o faz ser visto e perceber-se como tal. Nesse ponto se instala a degradação moral de quem rotula e de quem é rotulado:

A separação que o processo de criminalização cria entre os honestos e os réprobos coloca em evidência aquelas funções simbólicas da pena, que tem sido estudadas particularmente no âmbito das teorias psicanalíticas da sociedade punitiva. A linha de demarcação e o efeito sobre a distância social, como tem sido destacado, são tão

mais drásticos quanto mais se desloca das zonas médias da escala social para os estratos sociais mais débeis, no seio do qual a população criminosa é recrutada. Aqui, realmente, o perigo de uma degradação do próprio *status* comporta uma exigência existencial muito mais concreta de diferenciar-se de quem recebeu o estigma de criminoso (BARATTA, 2014, p. 184).

Quando percebemos a ocorrência desse fenômeno, começamos a entender e pôr em evidência o porquê do fracasso da pena em alcançar o objetivo de ressocializar os indivíduos desviantes das normas penais. Temos aqui uma percepção da fragilidade desse sistema que sempre se avoluma com altos índices de reincidentes.

Dessa forma, não é possível obter resultados diferentes do que possuímos, pois nosso sistema e nossa própria sociedade acabam por ensinar e doutrinar o indivíduo a se comportar como criminoso, e a enxergar-se como tal. Adiante, um ponto importante e que devemos mencionar, diz respeito às condições básicas e necessárias para a reeducação e ressocialização de indivíduos desviantes.

Temos em nosso sistema jurídico a Lei 7210 de 1984 que, em tese, expõe sob um ponto de vista social, psicológico e humanitário as condições ideais para se atingir a ressocialização e reintegração do condenado. Essa norma traz em seu escopo a real necessidade da primazia pelo apoio ao apenado quanto às boas condições de assistência (material, jurídica, educacional, social, religiosa e à saúde) como reza o seu artigo 11. O legislador teve o devido cuidado de demonstrar claramente que a observância dessas condições é indispensável à reintegração do indivíduo.

Nessa linha de raciocínio, Ewald Bohn (1971), também explica que, para se alcançar a regeneração do indivíduo, é necessária uma preparação, criar uma condição favorável psicologicamente ao apenado. Ensina que é necessário criar uma atmosfera de confiança para com aqueles com quem se deseja tratar, principalmente quando angustiados e temerosos.

Paradoxalmente, diante de grande parte das obras que discursam a respeito do tema que estamos desenvolvendo, é inegável não atentarmos para o fato de que a falta ou a precariedade de todos esses fatores potencializadores ou necessários à reabilitação do apenado, contribuem para que a sociedade continue temerosa diante das dificuldades de se viver sem atos violentos. O fracasso do processo de

ressocialização é perceptível quando os militantes no sistema se deparam com esses aspectos e percebem tal afirmação no contexto real e cotidiano dos cárceres.

Ainda tratando de condições favoráveis, o aspecto das relações entre apenado e funcionário do cárcere, explica Cristina Rauter (2003) que as relações não estão devidamente estabelecidas na “relação de confiança”, uma vez que a relação alcançada nessas instituições é marcada por certa hostilidade, por uma relação de desequilíbrio de poder e ainda uma situação de controle opressivo entre aquele que tem a chave da cadeia o que está trancado nela.

Coadunando com o que fora tecido até aqui, está a percepção de Cristina Rauter, ao descrever a ineficácia do sistema;

A crença na eficácia do chamado tratamento penitenciário é algo que dificilmente poderá ser compartilhado por teóricos ou mesmo autoridades na área. Tem sido exaustivamente demonstrado que a prisão, ao contrário de qualquer efeito recuperador sobre o delinquente, parece ter sempre como subproduto indesejável a reincidência e a preparação para uma carreira de criminoso crônico da qual é quase impossível escapar (RAUTER, 2003, p.104).

Diante disso, entende-se que existe um descrédito quanto à eficácia do cárcere como estrutura com uma capacidade de trabalho que potencialize a regeneração ou ressocialização do apenado.

Quando se observa a cadeia nos moldes que se seguem hodiernamente, difícil é acreditar que um indivíduo delinquente, como é rotulado pela sociedade, possa sair de lá melhor do que entrou, ou mais sociável depois de sua passagem pelo sistema.

Entende-se que o sistema carcerário em si não coopera na reabilitação do preso; assim, a pena perde o seu caráter ressocializador. Isto porque, o que se vislumbra nas prisões, é que os presos são humilhados e submetidos constantemente à uma ordem autoritária e de procedimentos vexatórios, não sendo preservados seus direitos e sua dignidade. Consequentemente, aquele preso que deveria ser reeducado acaba voltando para a delinquência.

Sobre isso, Michel Foucault (2007, p. 221) posiciona-se no sentido de que a pena privativa de liberdade não ressocializa o preso, pelo contrário, é visível o aumento da taxa de reincidência. Nas palavras do pensador, “[...] depois de sair da prisão, se

têm mais chance que antes de voltar para ela, os condenados são, em proporção considerável, antigos detentos [...]”.

Não contraria o autor, em hipótese alguma, os números relativos à reincidência no Brasil; muito pelo contrário, tende a confirmar o exposto quando mais uma vez ressaltamos que os índices de reincidência no sistema carcerário brasileiro chega a atingir uma média alarmante de 70% a 80%.

Apesar de nossa realidade ser ainda muito desesperançosa no que tange à eficácia do sistema penal como meio de ressocializar e reinserir indivíduos que praticaram condutas desviantes, não devemos enxergar nosso atual cenário como fragilizado, nem como falido, pois existem mudanças gradativas que vem sendo realizadas por meio de ações humanizadoras dos agentes internos e externos ao cárcere que tendem à restauração do sistema e dos apenados.

A esse respeito, Cezar Roberto Bitencourt (2001) tece o seguinte comentário:

A atitude assumida pelo pessoal penitenciário está diretamente relacionada com o sistema social do recluso. Se essa atitude for de desprezo, de repressão e impessoalidade, o sistema social do recluso adquirirá maior vigor e poder, como resposta lógica à agressividade e renegação do meio. No entanto, se a atitude do pessoal penitenciário for humanitária e respeitosa à dignidade do recluso, é bem possível que o sistema social deste perca sua coesão e o efeito contraproducente, do ponto de vista ressocializador, que tem sobre o recluso (BITENCOURT, 2001, p. 171).

Como que por exaustão, consumimos tempo considerável indicando pontos frágeis e negativos do nosso sistema de correção, do qual lançamos mão como meio e modo de tratar os desviantes de conduta social.

Importa-nos, adiante, encontrar respaldo para a esperançosa afirmação de Bitencourt (2001) e de outros autores que acreditam em um sistema mais eficaz na ressocialização, reinserção e inclusão social dos internos do sistema penitenciário.

Em sintonia com a visão de Bitencourt (2001), de que existe uma mudança externa a ser feita pela sociedade como um todo, estão as palavras de Alessandro Baratta quando explana:

Os muros do cárcere representam uma violenta barreira que separa a sociedade de uma parte de seus próprios problemas e conflitos. Reintegração social do condenado significa antes que transformação de seu mundo separado, transformação da sociedade para que reassuma aquela parte de seus problemas e conflitos que se encontram 'segregados' no cárcere (BARATTA, 1990, p. 145).

Dito isso, passaremos a tratar dessas importantes e significativas ações, e mudanças que trazem esperança de êxitos na ressocialização e reinserção social dos internos nos sistemas penitenciários. Dentre essas ações, destacamos os projetos de inclusão social. Em especial, destacaremos o projeto Projovem.

2. O QUE É O PROJovem?

O “Projovem” (Programa Nacional de Inclusão de Jovens), quando criado, tinha caráter experimental na forma prevista no Art. 81 da lei 9394/1996, que regula o sistema de ensino, e emergencial, com o fim de efetuar ações integradas destinadas à elevação do grau de escolaridade de jovens, a conclusão do seu ensino fundamental, *qualificação profissional voltada a estimular a inserção produtiva cidadã e o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício da cidadania e intervenção na realidade local.*(Parte da redação do art. 1º da lei 11.129/2005).

Nas palavras de Carvalho e Bellemain (2012), temos a seguinte concepção sobre o programa:

O Projovem tem grande relevância social, uma vez que oferece uma oportunidade de conclusão do ensino fundamental para jovens que não puderam dar continuidade à sua escolaridade no ensino regular e ao mesmo tempo permite a esses estudantes adquirir uma qualificação profissional, que amplia as possibilidades de inserção no mercado de trabalho (CARVALHO e BELLEMAIN, 2012, p.2).

Ainda sobre isso, Assunção (2010, p.84) diz que “o PNJ é [...] política pública capaz de definir claramente quais as diretrizes, os princípios, os objetivos e metas, e que acima de tudo atue na perspectiva da garantia dos direitos básicos (humanos, sociais e políticos) da juventude ”.

Como política de inclusão social, o projeto tem como finalidade precípua, garantir que jovens pudessem ingressar no mercado de trabalho com o nível escolar mínimo exigido, além de criar uma porta de entrada através da qualificação profissional.

Criado pela já mencionada lei 11.129/2005, o programa foi instituído pelo Governo Federal com parâmetros e diretrizes de funcionamento que devem ser observados para o alcance de seus objetivos:

Por ser uma medida de caráter temporário, teria validade pelo prazo de 2 (dois) anos, devendo ser avaliado no findar do 2º (segundo) ano quanto à qualidade e à eficácia do programa;

O programa deve ter a certificação da formação dos alunos participantes que tiverem presença e participação mínimas exigidas segundo o que prevê a legislação educacional em vigor;

O programa é destinado a jovens com idade entre 18 (dezoito) e 24 (vinte e quatro) anos, que tenham concluído a 4ª (quarta) série e não tenham concluído a 8ª (oitava) série do ensino fundamental e ainda, que não possuam vínculo empregatício;

A efetiva execução e gestão do programa é realizada em âmbito Federal pela união dos esforços da Secretaria Geral da Presidência da República, Ministérios do Trabalho e Emprego, da Educação, do Desenvolvimento Social, do Combate à Fome e outros órgãos e entidades em parceria;

Na execução do Projovem Trabalhador, o Ministério do Trabalho e Emprego fica autorizado, mediante convênio, a efetuar transferências de contribuições correntes e de capital aos órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal, bem como a entidades de direito público e privado sem fins lucrativos, observada a legislação pertinente (Art. 19 Lei 11.692/2008).

Estabelece uma concessão de auxílio financeiro aos beneficiários do Projovem no valor de R\$ 100,00 (cem reais) mensais por um período máximo de 12 (doze) meses ininterruptos enquanto o aluno estiver matriculado no curso;

As despesas com a execução do “Projovem” correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas anualmente no orçamento da Presidência da República,

observados os limites de movimentação, de empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira anual. (Redação literal do Art. 7º da lei 11.129/2005)

Essas diretrizes são instruções baseadas nos padrões de responsabilidade da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Sobre esse tipo de política se posicionou:

[...] que em primeiro lugar, realizasse uma delimitação cronológica legal de faixa etária e, na mesma linha, definisse claramente o conjunto de direitos e benefícios a que esse segmento deveria ter acesso, criando condições para a implementação de políticas públicas destinadas à juventude (UNESCO, 2004, p. 86).

Por isso, após instituído, o programa Projovem sofreu algumas alterações em seu conteúdo, como meio de aperfeiçoamento do projeto, e como forma de obediência às diretrizes traçadas pela UNESCO. A nova Lei 11.692 de 10 de Junho de 2008 veio reger e regulamentar ao projeto, trazendo consigo algumas alterações e revogações de alguns dispositivos da lei que o instituiu. Entre essas alterações, está à criação de modalidades para o programa (Projovem adolescente, Projovem Urbano, Projovem Campo e Projovem Trabalhador) e o Público alvo para algumas dessas modalidades poderia englobar a faixa etária entre 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos.

No Projovem Trabalhador, por exemplo, são admitidos somente jovens entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove anos) que sejam membros de famílias com renda *per capita* até um salário-mínimo. Essa modalidade, por tal motivo, foi escolhida para ser adaptada e ofertada aos jovens reclusos no sistema penitenciário, e será, por conseguinte, o alvo de nossa pesquisa.

Por disposição da Portaria N° 2.043/2009, o programa também passou a ter como termo de referência a denominação “Consórcio Social da Juventude” – CSJ, que será utilizado doravante.

1.1 Projovem Trabalhador

O Projovem Trabalhador é um programa de qualificação regulado pela Portaria 2.043 de 22 de outubro de 2009, elaborado com o objetivo exclusivo e geral de promover a criação de oportunidades de trabalho, emprego e renda para os jovens em situação de maior vulnerabilidade frente ao mundo do trabalho, por meio da qualificação sócio-profissional com vistas à inserção na atividade produtiva. Especificamente, visa promover ações ou políticas que contribuam para o reconhecimento e valorização dos direitos humanos, da cidadania, da igualdade social e que ampliem as oportunidades entre os cidadãos.

Sobre isso, explica Deluiz:

No que se refere à ampliação das oportunidades, o Relatório aponta que se os jovens tiverem maiores oportunidades de conseguir educação e melhores cuidados da saúde poderão adquirir as aptidões para a vida a fim de passar pela adolescência e primeira idade adulta de forma segura e, ao mesmo tempo, o melhor treinamento profissionalizante os ajudará a competir na força de trabalho (DELUIZ, 2010. p. 21).

Ainda visa preparar e inserir os jovens participantes do programa no mundo do trabalho em ocupações com vínculo empregatício ou mesmo em outras atividades diversas da relação de trabalho e emprego (profissional autônomo, microempreendedor), mas que sejam produtivas, legais e geradoras de renda.

Como todo projeto criado pelo Governo, este também visa alcançar metas para se verificar a sua viabilidade, o cumprimento das expectativas e, não menos importante, o retorno social, político ou financeiro que ensejou os investimentos públicos.

Desta forma temos algumas metas e formas de avaliação desse projeto, previstas no Decreto N° 6629 de 04 de Novembro de 2008, artigos 41 e 46:

Art. 41. A meta de qualificação social e profissional das ações do Projovem Trabalhador para cada Estado, Município e Distrito Federal será definida com base nos seguintes critérios:
I - demanda existente, em razão da intensidade do desemprego juvenil e a vulnerabilidade socioeconômica do jovem no território;
II - média dos últimos três anos no saldo do Cadastro-Geral de Empregados e Desempregados - CAGED;
III - Índice de Desenvolvimento Humano - IDH; e

IV - proporção da população economicamente ativa juvenil desocupada em relação à população economicamente ativa total.

Art. 46. Para inserção de jovens no mundo do trabalho, fica estabelecida a meta mínima de trinta por cento.

§ 1º Para cumprimento da meta de que trata o caput, serão admitidas as seguintes formas de inserção no mundo do trabalho:

I - Pelo emprego formal;

II - Pelo estágio ou jovem aprendiz; ou

III – Por formas alternativas geradoras de renda.

Doravante se faz necessário conhecer as propostas e ferramentas que dão fim à educação e a qualificação dos jovens participantes do Projovem e estão expressamente previstas na Portaria N 2.043/2009:

▪ **CARGA HORÁRIA**

O Projovem Trabalhador – CSJ terá uma carga horária de 350 horas-aula custeadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, sendo 100 horas-aula de Qualificação Social e 250 horas-aula de Qualificação Profissional.

A carga horária será distribuída em 24 (vinte e quatro) semanas, sendo 15 (quinze) horas-aula por semana, conforme o quadro a seguir:

TABELA 1- Carga horária da Qualificação/Profissional

Qualificação Social	Qualificação Profissional	Total
100 horas-aula em 07 semanas	250 horas-aula em 17 semanas	350 horas-aula Em 24 semanas
15 horas – aula por semana		

▪ **ITENS DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL**

Os cursos de qualificação social do Projovem Trabalhador – CSJ terão o seguinte conteúdo:

- Inclusão digital em laboratório com acesso à internet– 40 horas-aula
- Valores humanos, ética e cidadania – 10 horas-aula.
- Educação ambiental, higiene pessoal, promoção da qualidade de vida – 10 horas-aula.
- Noções de direitos trabalhistas, formação de cooperativas, prevenção de acidentes de trabalho – 20 horas-aula.
- Empreendedorismo – 20 horas-aula.

Um fator importante para compreender a organização pedagógica do Projovem é o de interdisciplinaridade. Segundo Salgado (2009, p. 36), “a interdisciplinaridade é vista como uma forma de construção do aluno, que se faz com base em conhecimentos multidisciplinares”.

▪ **ITENS DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

A oferta de cursos de qualificação profissional deverá estar em consonância com a demanda de empregabilidade que será demonstrada no Projeto Técnico e no Plano de Trabalho que integrarão o convênio do Projovem Trabalhador – CSJ.

As aulas práticas deverão ser desenvolvidas em condições laboratoriais, ou seja, as pessoas jurídicas públicas ou privadas contratadas para prestarem os serviços de qualificação profissional poderão utilizar tanto instalações próprias com reprodução das condições reais, de acordo com o curso, bem como fazer parcerias com outras pessoas jurídicas, desde que, quando da execução das aulas, o parceiro não utilize os jovens para o funcionamento regular de suas atividades.

O conteúdo da oferta dos cursos de qualificação profissional deverá ser elaborado com base na seguinte relação de arcos ocupacionais:

- Administração
- Agro Extrativista

- Alimentação
- Arte e Cultura
- Comunicação e Marketing Social
- Construção e Reparos
- Educação
- Esporte e Lazer
- Gráfica
- Joalheria
- Madeira e Móveis
- Metal mecânica
- Pesca / Piscicultura
- Saúde
- Serviços Pessoais (Beleza Estética)
- Telemática
- Transporte
- Turismo e Hospitalidade
- Vestuário

O MTE disponibilizará a matriz do material pedagógico que será aplicada pelos Entes que aderirem ao Projovem Trabalhador – CSJ.

Após todo o processo de aprendizagem e qualificação profissional, o CSJ ainda tem como finalidade inserir o jovem no mercado de trabalho e tal previsão, faz parte dos objetivos fins do programa que só é alcançado plenamente, quando as metas propostas para esses objetivos são alcançadas.

Temos adiante a proposta prevista pela Portaria 2.043 de 22 de outubro de 2009, que regula o programa para satisfação do objetivo de inclusão do jovem no mundo do trabalho:

▪ **INSERÇÃO DO JOVEM NO MUNDO DO TRABALHO**

Ficou estabelecida para os Convenientes do Projovem Trabalhador – CSJ a meta mínima obrigatória de 30% de inserção dos jovens qualificados no mundo do trabalho.

Para fins de comprovação da inserção dos jovens no mundo do trabalho, discriminam-se abaixo as modalidades de inserção aceitas pelo MTE e os documentos comprobatórios a serem apresentados:

I - Inserção via Emprego Formal. Serão aceitos como comprovantes, cópias legíveis das páginas das carteiras de trabalho dos jovens, onde constam os seguintes dados: nome, CPF, Carteira de Identidade e o registro pela empresa contratante. Serão aceitos, também, comprovantes originários dos sistemas informatizados disponibilizados pelo MTE;

II – Inserção via Estágio ou Jovem Aprendiz. Será aceito como comprovante cópia legível do contrato celebrado com a empresa ou órgão onde o jovem for inserido; e

III – Inserção via Formas Alternativas Geradoras de Renda (FAGR). Serão aceitos os seguintes comprovantes:

a) registro e abertura de microempresa pelo jovem ou participação como sócio ou cotista: comprovante de registro ou protocolo e/ou licença municipal ou estadual de funcionamento;

b) registro como profissional autônomo;

c) financiamento para implantação de empreendimento próprio: comprovante do empréstimo, parecer favorável ou financiamento e/ou carta de aprovação do projeto;

d) aquisição de espaço físico para funcionamento do negócio: contrato de comodato do imóvel, contrato de aluguel do imóvel e/ou termo de parceria para concessão de espaço físico com comprovação da titularidade do imóvel;

e) prestação de serviço a terceiros, mediante contrato de prestação de serviços;

f) participação em associação ou cooperativa em funcionamento: contratos sociais, estatutos, ata de diretoria e/ou lista de associados; e

g) aquisição, pelo jovem, de equipamentos e insumos produtivos condizentes com o arco cursado: nota fiscal de compra e/ou termo de doação com especificação.

O descumprimento da meta mínima de inserção de que trata o item anterior obrigará o Convenente a restituir 50% cinquenta por cento do valor gasto na qualificação social e profissional por jovem não inserido no mundo do trabalho.

Essas medidas para a qualificação de jovens deveriam ser bastante observadas pela gestão nacional, pois refletem na economia do país, como explica (DELUIZ, 2010, p. 21):

[...] o melhor treinamento profissionalizante os ajudará a competir na força de trabalho. São fundamentais as aptidões básicas, também, a aquisição de aptidões técnicas e comportamentais fundamentais, dadas as exigências da economia global e das inovações tecnológicas. A participação política e o envolvimento dos jovens em organizações sociais – elementos essenciais da boa governança – são, segundo o Banco Mundial, necessários para o investimento privado. Sem as oportunidades de participação cívica produtiva, as frustrações dos jovens poderão transbordar para tensões econômicas e sociais e ameaçar a estabilidade econômica e social, criando disputas de longa duração.

Tendo como parâmetro todo o escopo do programa e o registro do pesquisador, Verificamos a importância da participação do governo no estabelecimento de programas de políticas públicas, como meio de criar equilíbrio na economia e a criação de oportunidades de trabalho e emprego através de parcerias entre o serviço público e o privado. Ainda é importante lembrar, como fora exposto anteriormente, a importância do estabelecimento de metas, objetivos e parâmetros de funcionamento dessas políticas através de leis específicas preparadas para regular essas situações.

1.2 Projovem e suas realidades

O Projovem como projeto de inclusão social, busca alcançar seu objetivo inclusivo principalmente através da educação, qualificação profissional e participação social. Neste ponto da pesquisa, mostraremos através de várias experiências práticas como o programa influencia a vida de jovens que dele participam, que tipo de influência seria, e que benefícios advém dessa formação social, educacional e profissional.

A primeira realidade prática do “Projovem” que mostraremos, foi realizada na cidade de Recife. Trata-se uma experiência avaliada pela pesquisa intitulada “Política Pública, Juventude e Educação: O Programa de Inclusão de Jovens na Perspectiva dos Atores envolvidos”, que foi tese de Doutorado de Araújo (2011), pela Universidade Federal de Pernambuco.

Nessa realidade, Araújo (2011, p. 228), autor da pesquisa supracitada diz: “O programa apresenta em sua estrutura, vários elementos inovadores que são percebidos pelos diversos atores, sejam professores e alunos, passando a ser avaliado de forma positiva por parte dos participantes”. Entre os elementos dessa avaliação está o material didático, o auxílio financeiro e a própria ponderação por parte dos professores e alunos quanto aos aspectos positivos e negativos do programa.

O objetivo da citada pesquisa é avaliar se o programa, na prática, teria a capacidade de realizar os objetivos enunciados em seus documentos norteadores. Antes dos resultados da avaliação feita pelos questionários, o autor comenta:

O Projovem, por trazer um conjunto de ações que se diferencia da educação regular pública e especialmente do ensino de jovens e adultos, provoca diversas expectativas em vários setores: dos que estão realizando a política, dos que avaliam e dos próprios alunos participantes do programa. No nosso caso, optamos por analisar a percepção dos alunos participantes para verificarmos se suas expectativas foram realmente atendidas, além de compreendermos as possíveis contribuições do programa para as suas vidas” (ARAÚJO, 2011, p. 201).

Para averiguar a efetividade do programa, fora feito um questionário aos alunos e professores e quantitativamente foi obtido o seguinte:

TABELA 2 – Atendimento das expectativas dos alunos

Atendimento das expectativas dos alunos	
Expectativas dos alunos	Percentual
Sim, atende e até supera minhas expectativas	48,2%
Sim, atende às minhas expectativas	44,1%
Não, não atende às minhas expectativas	5,9%
Não respondeu	1,8%
Total	100,0%

Num público de 392 alunos entrevistados, 48,2% respondeu que o programa atende e até supera as expectativas, 44,1% disse que atende as expectativas, 5,9% afirmou que o programa não atende as expectativas e 1,8% não respondeu ao questionário.

Esse resultado serviu para se compreender quais as contribuições que o programa propiciou aos jovens participantes. Em um novo questionário sobre essa questão foi obtido o seguinte resultado, sobre os benefícios do programa para os alunos:

Sobre as contribuições do Projovem para os alunos, no que diz respeito à obtenção de novos conhecimentos, 66,6 % dos alunos afirmaram positivamente quanto a este quesito e 33,2% disseram que não. Quanto ao auxílio para obter um emprego, 10,7% dos alunos afirmaram que sim e 88,8% dos alunos disseram que não.

Quando o questionamento foi se o curso possibilitou o término do ensino fundamental, 70,9% dos alunos marcaram afirmativamente e 28,6 negativamente. Quando a questão foi sobre a melhoria do seu futuro, 59,9% dos alunos disseram que sim e 39,5% disseram que não. Por fim, fora questionado sobre a possibilidade de conhecer pessoas novas e fazer novos amigos, 55,6% disseram que sim e 43,9% disseram que não.

Soares e Silva (2009) citado por Araújo (2011, p. 209) revelam a importância do benefício social que o programa traz para os alunos ao afirmar:

A relevância dos laços de amizade no interior da escola contribui para o reconhecimento de que a aprendizagem na instituição ultrapassa o “papel e caneta”, podendo ir além da interferência do docente. [...] A presença dos laços de amizade torna-se fundamental para a vivência do jovem aluno na vida escolar.

Quanto à visão dos educadores o quadro abaixo demonstra qual a expectativa dos professores em relação aos seus alunos:

TABELA 3 – Expectativa dos educadores para com o futuro dos jovens que participavam do programa

Expectativa dos educadores em relação aos jovens participantes:	Todos ou quase todos alunos	Mais da metade	Menos da metade	Poucos ou nenhum
Concluirão o programa com êxito	29,8%	64,9%	4,1	0,6%
Conseguirão concluir o ensino médio	7,7%	48,2%	42,9%	0,6%
Chegarão à universidade	1,8%	5,4%	48,2%	42,3%
Conseguirão emprego/trabalhos de pouca qualificação	10,1%	53,0%	32,1%	4,2%
Conseguirão empregos/trabalhos com média qualificação	3,0%	37,5%	45,2%	13,1%
conseguirão excelentes colocações no mercado de trabalho	1,2%	14,3%	33,3%	50,6%
desenvolverão algum tipo de trabalho comunitário em breve,	3,6%	21,4%	43,5%	31,0%
Assumirão responsabilidades sociais em suas comunidades	3,0%	21,4%	47,0%	28,0%
Serão cidadãos conscientes e participativos	25,0%	50,6%	20,8%	3,0%

Esse quadro revela uma visão mais negativa do programa, como argumenta Araújo (2011). O fato de que os professores manifestam uma expectativa muito baixa em relação ao término do programa com êxito por parte dos alunos, fazendo necessário, diante disso, uma formação docente capaz de levar os professores a entenderem o valor do projeto. Mas o autor faz a seguinte ressalva quanto a esses resultados:

Mas não podemos deixar de ressaltar que em todo o programa educativo há sempre um percentual de evasão e desistência oriundo de diversos fatores, dentre eles fatores que incidem diretamente sobre o interesse de concluir ou não determinado curso, o que com certeza, acontece também com o Projovem. Daí que inferimos da

impossibilidade de êxito de 100% dos alunos, assim como acontece, por exemplo, na escola convencional. No entanto, é preciso pensar no tipo de expectativa que um programa como esse deve gerar nos seus professores (ARAÚJO, 2011, p. 210).

Assim vemos que há muitos fatores que influenciam negativamente para que os objetivos do programa sejam alcançados totalmente, e um dos que mais influenciam é justamente a evasão dos alunos.

Mas o que realmente importa para nossa pesquisa são os pontos positivos apontados pelos alunos e professores, quais sejam por parte dos alunos, a qualidade do material didático, o crescimento intelectual e o fator social ligado aos laços de amizade. Por parte dos educadores, temos um grande percentual que confia na expectativa da formação de cidadãos conscientes e participativos.

Na cidade de Porto Alegre, Santa Catarina, fez-se uma pesquisa que tinha por finalidade verificar os motivos da evasão dos alunos do “Projovem”, que recebeu o título: “As Políticas Públicas de Juventude em descontinuidades: uma análise das práticas de evasão no Projovem Urbano de Porto Alegre”, realizada por Ana Lucélia Silva Dias que nos revela um pouco sobre o programa e nos aponta suas características, pontos positivos e negativos, que são avaliativos quanto sua eficácia.

Na referida pesquisa são revelados vários aspectos do Projovem, inclusive os negativos. Dias (2012) autora da pesquisa, revela que a evasão é um problema que inviabiliza a continuidade do programa e que seus fatores são diversos e complexos; pode se dar por desinteresse, imaturidade, ou até mesmo por estar o aluno em condições de vulnerabilidade social.

Como característica positiva observada pela autora, está a visão social passada aos jovens, participação cidadã, e a própria prática da educação e qualificação que o curso promove, o que fica evidente nas palavras da autora:

[...] o Projovem se coloca como meio de inclusão social mediante práticas de formação, na qual a educação ocupa um duplo papel. Por um lado, constitui *locus* de exercício desta subjetividade cidadã ao afirmar que o acesso à escolarização e aos meios de qualificação

para o trabalho garantem o desenvolvimento pessoal e a reposição social destes jovens. Por outro, prescreve modos de ser cidadão, quando o programa propõe um currículo integrando práticas de formação visando promover uma atividade que sintetize a participação cidadã e ao organizar-se em práticas que prescrevem modos sobre as sociabilidades juvenis. Estas práticas educacionais, na forma como são atravessadas pelo discurso da cidadania, na perspectiva da inclusão social, recebem o acento da Educação integral, vinculam a aprendizagem de competências cognitivas para a conclusão do Ensino Fundamental à aprendizagem de habilidades sociais que esperam no jovem a re-elaboração dos seus modos de circular frente aos territórios sociais (DIAS, 2012, p.110).

É possível notar que em cada experiência do programa será sempre possível extrair diversas assimilações das problemáticas, desde à implantação do programa até a sua conclusão, mas é importante notar, desde já, que existem similaridades quanto aos aspectos positivos do projeto e isso se mostra bastante relevante para nossa pesquisa, e seguiremos nessa análise.

2.2.1 Projovem na realidade prisional

Com objetivo de ampliar a inclusão social de jovens de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental, por intermédio da Política Nacional de Juventude, o Brasil criou o Projovem, voltado à conclusão do Ensino Fundamental, à qualificação, e ao desenvolvimento de experiências de responsabilidade cidadã. Entretanto, como forma de expandir ainda mais essa esfera de inclusão social, a Secretaria Nacional da Juventude e o Ministério da Justiça, em parceria, criaram o Projovem Prisional para atender jovens da população carcerária como oportunidade de escolarização diferenciada daquele que lhe é oferecida normalmente na esfera prisional.

Tal iniciativa tem mostrado sua importância pelo reconhecimento do direito à educação, qualificação e oferta educativa de caráter social de grande impacto. É o que foi apontado pela experiência prática de pesquisa intitulada: “Inclusão de Jovens Privados de Liberdade: algumas considerações sobre a experiência do Projovem prisional no Rio de Janeiro”, desenvolvida por Farah neto, Miguel; Leite, Ana Maria a. & Pinheiro, Diógenes da UFRJ e apresentada no XI Congresso IberoAmericano de Extension Universitária.

Esta pesquisa é iniciada pelo desafio de expor o problema crônico que o país enfrenta quando tratamos de educação e inclusão social. Segundo Farah:

Desde os anos 1990, as políticas públicas brasileiras vêm incorporando a questão da inclusão social de sujeitos que sofrem extrema vulnerabilidade, cuja invisibilidade social, frequentemente, os deixa à margem de ações e programas. Esta é a realidade vivida pelas pessoas com necessidades educacionais especiais ou por aquelas que, em razão de diversas situações de exclusão (encarceramento, saúde, trabalho), necessitam de atendimento especial. Entretanto, o caminho entre a intenção e o ato efetivo de inclusão é, ainda, bastante difícil e desafiador (FARAH, 2011. p. 2).

O problema apontado na referida pesquisa revela a dificuldade da situação educacional do país, uma vez que não se garante o acesso à educação de qualidade que venha a atender a todas as parcelas da população, sem discriminação, transpondo as barreiras da desigualdade e participação dos indivíduos de forma equânime nas disputas por carreiras e profissões.

Diante disso, a referida pesquisa aponta as políticas de inclusão social como ferramenta de acesso ao ensino e qualificação e de oportunidade de melhores condições de vida ao sujeito, bem como torná-lo participante ativamente dos direitos e deveres da vida social, como vemos no seguinte trecho:

Uma das iniciativas voltadas ao enfrentamento desse desafio foi a criação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – Projovem, pela Lei 11.129, de 30 de junho de 2005 [...] Programa foi pensado com a finalidade de promover a reinserção na escola e no mundo do trabalho, mediante a conclusão do Ensino Fundamental, a qualificação profissional e o desenvolvimento de experiências de participação cidadã (FARAH, 2011. p. 2).

Importante é revelar por essa pesquisa que, quando o Projovem Prisional é implantado no sistema carcerário, ele atende a um segmento da juventude que, em números, representa mais da metade de toda a população carcerária do país, e explica Farah (2011) que a maioria desses jovens não teve acesso à educação ou a outros direitos básicos de cidadania, não permanecendo na escola por razões pessoais de cunho familiar, sociais ou políticas.

As políticas de educação implantadas nos presídios são fator de ressocialização dos indivíduos. Em vários relatos de experiências práticas que envolvem a implementação da educação e cursos profissionalizantes, como o “Projovem”, os resultados, as expectativas e também os desafios são praticamente os mesmos.

Na visão de Andrade e Pinheiro (2013) essas políticas geram uma expectativa de possíveis desdobramentos mais dignos para a vida de jovens internos, após a saída da prisão.

Em sua pesquisa, intitulada “Juventude e Educação nas Prisões: Demandas, Direitos e Inclusão” discute os direitos educacionais de jovens internos no sistema penitenciário brasileiro e os desafios para a legitimação do direito à educação nas prisões, seguindo como experiência para a pesquisa, o projeto “Projovem” implantado nos presídios dos estados do Rio de Janeiro e do Acre.

A pesquisa mostra a importância do público que é alcançado pela educação, formação profissional e participação cidadã por esse tipo de programa, uma vez que, no contexto do “Projovem”, está a participação de jovens de 15 a 29 anos, que correspondem a cerca de 50 milhões de indivíduos, 84,9% deles nos centros urbanos; desse percentual, temos em número aproximado de dois milhões que residem nas favelas. Desses jovens, a maioria são negros (66,9%) que vivem em famílias de baixa renda, em média até meio salário mínimo.

Andrade (2013) ainda mostra qual é a realidade da educação nos presídios, apesar de constituir legalmente direito de todo cidadão. Nos mostra o seguinte sobre essa realidade:

“Quanto aos que se encontram no sistema prisional, dados do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN evidenciam que a população carcerária brasileira é composta por 440 mil detentos, distribuídos em 1.134 prisões; mais de 280 mil deles – algo em torno de 70% - são jovens entre 18 e 29 anos que não completaram o ensino fundamental, aí incluídos cerca de 10% de analfabetos” (ANDRADE, 2013. pp. 230 e 231).

A partir dessas informações é possível perceber quão importante essa iniciativa é para a juventude brasileira em condições de privação da liberdade. E devemos revelar o descuido por parte do Governo quando não há o incentivo desses

programas, pois são propostas de baixo custo para o Estado e extremamente produtivas, uma vez que os jovens participantes do “Projovem” são reinseridos no processo de conclusão do ensino fundamental, ensino médio e também na formação profissionalizante.

Infelizmente é baixíssimo o percentual de pessoas ligadas a atividades educacionais no sistema carcerário em todo o país. Segundo os dados do IFOPEN do ano de 2014, temos:

TABELA 4 – Pessoas em atividades educacionais

UF	Pessoas em atividades Educacionais	% de pessoas presas no estado em atividades educacionais
AC	319	9,1%
AL	14	0,3%
AM	786	10,7%
AP	46	1,7%
BA	1646	13,9%
CE	4018	19,7%
DF	1824	13,7%
ES	2834	17,5%
GO	420	3,2%
MA	330	7,3%
MG	5403	9,6%
MS	973	6,9%
MT	1406	13,6%
PA	1054	8,4%
PB	1061	11,1%
PE	6426	20,4%
PI	161	5,0%
PR	4315	22,1%
RJ	207	0,5%
RN	344	4,9%
RO	881	11,5%
RR	28	1,7%
RS	1570	5,6%
SC	2010	11,2%
SE	391	9,6%
SP	NI	NI
TO	364	11,3%
Total	38831	10,7%

Fonte: Infopen, junho/2014

Verifica-se, portanto, o importante o papel da educação inclusiva na vida da população carcerária como um todo, pois ao atingir esses jovens, aumenta-se o número de indivíduos ligados à atividade escolar, e pela educação de inclusão, é possível trazer novas oportunidades e expectativa de um novo rumo na vida desses indivíduos. Em sintonia com o exposto, está o posicionamento da Unesco na VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA VI) realizada em 2009 na capital paraense:

A educação inclusiva é fundamental para a realização do desenvolvimento humano, social e econômico. Preparar todos os indivíduos para que desenvolvam seu potencial contribui significativamente para incentivá-los a conviver em harmonia e com dignidade. Não pode haver exclusão decorrente de idade, gênero, etnia, condição de imigrante, língua, religião, deficiência, ruralidade, identidade ou orientação sexual, pobreza, deslocamento ou encarceramento. É particularmente importante combater o efeito cumulativo de carências múltiplas. Devem ser tomadas medidas para aumentar a motivação e o acesso de todos (UNESCO, 2011).

Vale ressaltar, portanto, o pouco cuidado por parte do Sistema Carcerário no que tange à inserção de indivíduos em atividades educacionais. Existe por certo, o descumprimento de premissas legais como, por exemplo, os art. 10 e 17 da lei de execuções penais que preveem como pressuposto para a reintegração social do indivíduo, o direito à educação e profissionalização.

Ora, se a própria lei exige o cumprimento dessas diretrizes, o seu descumprimento se mostra um grave erro tanto numa esfera legal como social, quando percebemos que apenas 10% de toda população prisional está em participação de atividades educacionais.

Esse estudo então, se encerra com o incentivo de permanência das políticas públicas como o “Projovem” que buscam através da educação, reintegrar os jovens no corpo social. Ainda que haja o enfrentamento de diversos obstáculos à sua concretização, que entre eles, está a forma de gestão, por vezes canhestra, na execução desses programas, ainda assim devem ser mantidas e otimizadas. São ainda uma grande aposta na reintegração social nos presídios.

Revela os autores a importância de mais atores na participação dessas propostas, para que haja êxito na execução dos programas e um acompanhamento mais estreito aos jovens participantes desses projetos, encerrando definitivamente a pesquisa nas seguintes palavras:

[...]os critérios de atendimento aos grupos e indivíduos aos quais se dirigem tais políticas e estratégias devem ser assumidos conjuntamente, envolvendo todos os responsáveis pelas mesmas. Estas, por sua vez, devem ser sempre acompanhadas por orientações sobre os procedimentos a serem adotados para o reconhecimento, a mobilização e o acolhimento dos destinatários, tanto internamente quanto no prosseguimento de suas vidas pós-prisão. Evidentemente, as experiências já existentes devem ser consideradas como referência e apoio para novas ações, tendo em vista o acúmulo que representam de conhecimento e inovação. No entanto, e mais que tudo, uma mudança no olhar da sociedade para a desigualdade e para a diferença, em todas as suas formas, é a peça-chave, elemento fundamental para o êxito de um processo que, embora tardio, é justo e necessário para a inclusão desses jovens no corpo social (ANDRADE, 2013, p. 246).

Verifica-se pelas pesquisas citadas que, apesar de as políticas públicas de inclusão encontrarem alguns empecilhos, fatores negativos ou até impeditivos, para sua realização e execução, são determinantes para criar nova oportunidade de ressocialização para jovens que deles participam. São potencialmente responsáveis por criar através da educação de inclusão, uma nova possibilidade real de libertação para os jovens internos.

E por falar em educação, é por acreditar nela e confiar em seus resultados, que essas experiências se mostraram tão bem-vistas e incentivadas pelos atores que dela participam; sejam alunos, professores, coordenadores ou gestores. Enfim, a educação tem um papel fundamental na reintegração social desses jovens, passaremos a dizer a partir daqui que a educação tem um papel maior do que informação, para esses jovens, o papel de libertação.

3. A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA LIBERDADE

Difícil poder reduzir a solução de problemas, especialmente os de tamanha complexidade, a um método. De qualquer modo, essas ferramentas ou procedimentos podem nos ajudar, então, devemos sempre conhecê-los bem e saber qual a sua função, onde empregá-lo e por que funciona?

Com Paulo Freire, em diferentes obras, aprendemos uma aposta ético-política na educação quando afirma que a educação só se efetiva se funcionar como uma liberdade! Como mecanismo de inclusão e reintegração social de todos os indivíduos, especialmente, os oprimidos em nossa sociedade.

No entanto, com Freire e tantos outros, passamos a compreender que a educação envolve diferentes processos de ensinar e aprender, e é um fenômeno presente em qualquer sociedade ou grupos de indivíduos, responsável pela construção, manutenção e evolução da sociedade ou de um grupo. É sempre fruto da interação que envolve indivíduos.

Nessa direção, os estudos de Vygotsky (1894), vêm indicando que educação é o resultado das *relações entre o homem e a sociedade*, uma vez que o homem transforma o meio em que vive e na busca por atender as suas necessidades, acaba por transformar a si mesmo.

Humberto Maturana (1998, p.10), também nos ajuda a pensar sobre a força dos processos educacionais quando faz a seguinte pergunta: *para que serve a educação?*

“Quero começar com o “para quê”, por uma razão muito simples. Se perguntarmos: A educação atual serve ao Chile e à sua juventude? Estamos formulando a pergunta a partir do pressuposto de que todos entendemos o que ela requer. Mas será que isto acontece? O conceito de *servir* é um conceito relacional: algo serve para algo em relação a um desejo. Nada serve em si mesmo. No fundo, a pergunta é: O que queremos da educação? Acho que não se pode considerar

nenhuma pergunta sobre os afazeres humanos, no que diz respeito ao seu valor, à sua utilidade ou àquilo que se pode obter deles, se não se explicita o que é que se quer. Perguntarmos se a educação chilena serve, requer respostas a questões como: O que queremos com a educação? O que é educar? Para que queremos educar? E, em última instância, a grande pergunta: Que país queremos?

A partir desses questionamentos precisamos relacionar o que queremos com a educação, quais objetivos queremos alcançar, lançando mão desses estudos como instrumentos construtores e transformadores de uma sociedade. Precisamos compreender ainda: que é educar? Temos, na visão de Maturana (1998) algumas pistas quando nos fala desse processo:

O educar se constitui no processo em que a criança ou o adulto convive com o outro e, ao conviver com o outro, se transforma espontaneamente, de maneira que seu modo de viver se faz progressivamente mais congruente com o do outro no espaço de convivência. O educar ocorre, portanto, todo o tempo e de maneira recíproca. Ocorre como uma transformação estrutural contingente com uma história no conviver, e o resultado disso é que as pessoas aprendem a viver de uma maneira que se configura de acordo com o conviver da comunidade em que vivem. A *educação* como “sistema educacional” configura um mundo, e os educandos confirmam em seu viver o mundo que viveram em sua educação. Os educadores, por sua vez, confirmam o mundo que viveram ao ser educados no educar (MATURANA, 1998, p. 29).

Ainda usando as ideias de Maturana (1998), precisamos compreender que o aprendizado é um processo e, como todo processo, é constituído de etapas e procedimentos que se afunilam e se fundem para um objetivo único.

A partir disso, discutiremos o amálgama que se tem através da educação, *entre a razão e emoção* dos sujeitos e entre *as relações sociais e humanas* que precisam ser consideradas no processo educativo.

O aprender, conforme a ideia do autor, passa pelos caminhos das emoções dos sujeitos. Segundo ele, toda ação humana surge das nossas emoções. Um sentimento propulsor da ação de cada ser humano. Assim, o autor comenta sobre a relação que existe entre razão e emoção.

Para Maturana (1998),

Quando falamos de emoções, fazemos referência ao domínio de ações em que um animal se move. Notamos que isto é assim pelo fato de que nossos comentários e reflexões, quando falamos de emoções, se referem às ações possíveis do outro, que pode ser um animal ou uma pessoa. Por isso, digo que o que conotamos quando falamos de emoções são os diferentes domínios de ações possíveis nas pessoas e animais, e as distintas disposições corporais que os constituem e realizam.

Por isso mesmo, sustento que não há ação humana sem uma emoção que a estabeleça como tal e a torne possível como ato.

[...] não é a razão o que nos leva à ação, mas a emoção. Cada vez que escutamos alguém dizer que ele ou ela é racional e não emocional, podemos escutar o eco da emoção que está sob essa afirmação, em termos de um desejo de ser ou de obter. Cada vez que afirmamos que temos uma dificuldade no fazer, existe de fato uma dificuldade no querer, que fica oculta pela argumentação sobre o fazer. Falamos como se fosse óbvio que certas coisas deveriam ocorrer em nossa convivência com os outros, mas não as queremos, por isso não ocorrem. Ou dizemos que queremos uma coisa, mas não a queremos ou queremos outra, e fazemos, é claro, o que queremos, dizendo que a outra coisa não pode ser feita. Há uma certa sabedoria consuetudinária tradicional quando se diz “Pelos seus atos os conheceréis”. Mas o que é que conheceremos observando as ações do outro? Conheceremos suas emoções como fundamentos que constituem suas ações. Não conheceremos o que poderíamos chamar de seus sentimentos, senão o espaço de existência efetiva em que esse ser humano se move. (MATURANA, 1998, p. 22 e 23).

Em seu ponto de vista, Maturana (1998) defende que a emoção é o fundamento social dos indivíduos, no qual, o ator mais importante é o amor. O amor é a emoção, segundo Maturana (1998), fundamental que torna possível a história da humanização. E deixa claro porque acredita nisso, nas seguintes palavras:

O amor é constitutivo da vida humana, mas não é nada especial. O amor é o fundamento do social, mas nem toda convivência é social. O amor é a emoção que constitui o domínio de condutas em que se dá a operacionalidade da aceitação do outro como legítimo outro na convivência, e é esse modo de convivência que conotamos quando falamos do social. Por isso, digo que o amor é a emoção que funda o social. Sem a aceitação do outro na convivência, não há fenômeno social. Em outras palavras, digo que só são sociais as relações que se fundam na aceitação do outro como um legítimo outro na convivência, e que tal aceitação é o que constitui uma conduta de respeito. Sem uma história de interações suficientemente recorrentes, envolventes e amplas, em que haja aceitação mútua num espaço aberto às coordenações de ações, não podemos esperar que surja a linguagem. Se não há interações na aceitação mútua, produz-se a separação ou a destruição (MATURANA, 1998, p. 23 e 24).

Portanto, entendemos que a emoção, principalmente o amor, na concepção do autor, é o fundamento social do sujeito, pois é responsável na evolução da história humana, pelas condições necessárias para o desenvolvimento físico, comportamental, psíquico, social e espiritual normal da criança, assim como para conservação da saúde física, comportamental, psíquica e social do adulto. (MATURANA, 1998).

A partir desses conceitos, podemos defender a hipótese de que a educação e toda urdidura de seu processamento, faz surgir nos indivíduos emoções tais que o levarão à ações fundadas nos conceitos e nas interações pelas quais esse sujeito experimenta.

Podemos desde já, defender e acreditar na transformação, reintegração e ressocialização de indivíduos, se esses conceitos estiverem corretos. Seguiremos ainda apontando mais fundamentos e evidências que nos permitem acreditar na liberdade de sujeitos através de todo processo educacional promovido pelos já citados programas de inclusão social, dos quais, temos como o alvo de nosso estudo, o Projovem.

Dentro do processo de educação, ainda temos o que chamamos de relação entre a linguagem que esta produz e a ação que dela advém. Isso quer dizer, segundo Maturana (1998), a linguagem é coordenação, ou conjunto de interações que estabelecem uma comunicação e essa comunicação produz um resultado: ação e transformação dos sujeitos.

Quando existe uma ligação harmoniosa entre linguagem e ação, o autor revela os resultados dessa relação nas seguintes palavras:

A linguagem se constitui quando se incorpora ao viver, como modo de viver, este fluir em coordenações de conduta de coordenações de conduta que surgem na convivência como resultado dela — quer dizer, quando as coordenações de conduta são consensuais. Toda interação implica num encontro estrutural entre os que interagem, e todo encontro estrutural resulta num desencadilhamento ou num desencadeamento de mudanças estruturais entre os participantes do encontro.

O resultado disto é que, cada vez que encontros recorrentes acontecem, ocorrem mudanças estruturais que seguem um curso contingente com o curso desses. Isto acontece conosco no viver cotidiano, de tal modo que, apesar de estarmos, como seres vivos, em contínua mudança estrutural espontânea e reativa, o curso de nossa mudança estrutural espontânea e reativa se faz de maneira contingente com a história de nossas interações (MATURANA,1998, pp. 59 e 60).

O Processo de aprendizagem produz mudança na estrutura dos sujeitos. O interagir com meio, com a linguagem, com os sinais, com o conteúdo, com informação, com planos, com novos projetos, traz ao sujeito o impulso emocional que se desencadeia em novas atitudes, em novas ações, em novas ideias para si e para o mundo que o cerca. A linguagem, portanto, se incorpora ao viver do indivíduo e passa a coordenar suas condutas e seu modo de viver, por isso, a relação entre linguagem e ação. (MATURANA,1998)

A importância dessa concepção para nós, são os frutos que dela advém, pois segundo a concepção vygotskyana de que a interação do homem com o meio é capaz de transformá-lo, e nesse processo transforma a si mesmo, colhemos os frutos da transformação social que a educação produz ao sujeito, e esse, socialmente responsável e transformado pela educação, transforma o meio em que vive.

3.1 Educação e mudança social segundo Paulo Freire

Antes de tratar sobre a mudança social sob a ótica de Paulo Freire, vale ressaltar ainda que breve, o seu olhar sobre a educação. Dono de um discurso humanizador, semelhante ao de Maturana (1998), Paulo Freire (1979) diz que a educação e seu processo, tem a ver com o amor, pois o amor é uma intercomunicação íntima de duas consciências que se respeitam. Para ele “ama-se na medida em que busca integração a partir da comunicação com os demais” (FREIRE,1979, p.15).

Sua concepção e pensamento sobre educação fica mais claro quando experimentado diretamente das palavras do autor que assim propõe:

Não há educação sem amor. O amor implica luta contra o egoísmo. Quem não é capaz de amar os seres inacabados não pode educar. Não há educação imposta, como não há amor imposto. Quem não ama não compreende o próximo, não o respeita (FREIRE,1979, p.15).

Paulo Freire (1979) chama de seres inacabados aqueles com menos conhecimento, nunca, de nenhum conhecimento, pois todos somos seres propensos constantemente ao aprendizado, uma vez que ninguém sabe tudo sobre tudo.

Isto posto, a princípio cabe ressaltar que, segundo o autor, a educação gera no indivíduo uma conscientização que o leva a ser socialmente operante em sua sociedade, desse modo, compreendemos que o processo de educação causa um “despertar”, uma reflexão sobre seu estado que impulsiona o sujeito a firmar um compromisso ativo com a sociedade em que vive. Diante disso o excerto abaixo se faz necessário.

A instrumentação da educação – algo mais que a simples preparação de quadros técnicos para responder as necessidades de desenvolvimento de uma área – depende da harmonia que se consiga entre a vocação ontológica deste ser situado e temporalizado e as condições especiais desta temporalidade e desta situacionalidade. Se a vocação ontológica do homem é a de ser sujeito e não objeto, só poderá desenvolvê-la na medida em que refletindo sobre suas condições espaço-temporais, introduz-se nelas, de maneira crítica. Quanto mais for levado a refletir sobre sua situacionalidade, sobre seu enraizamento espaço-temporal, mais “emergirá” dela conscientemente “carregado” de compromisso com sua realidade, da qual, porque é sujeito, não deve ser simples espectador, mas deve intervir cada vez mais (FREIRE,1979, p.35).

Quando envolvido no processo de educação de adultos, Freire, buscou friamente analisar os processos ordinários de aprendizagem e buscava novos métodos de ensino, que por sinal se mostravam bem eficazes. Certa feita, foi responsável pela alfabetização de 300 cortadores de cana em apenas 45 dias. Mas o que se discute aqui não são os feitos realizados por Freire e sim, o ideal que buscava alcançar, o tipo de educação que levaria à uma conscientização daqueles que estavam no processo de aprendizagem. O ideal de Freire é que esse processo fosse experimentado por toda população brasileira.

Num cenário em que o país passava por um processo de desenvolvimento e democratização, e que a população devia ter ciência e consciência crítica sobre seus direitos e deveres ante a sociedade, por isso ele diz:

Pensávamos numa alfabetização que fosse em si um ato de criação, capaz de desencadear outros atos criadores. Numa alfabetização em que o homem, porque não fosse seu paciente, seu objeto, desenvolvesse a impaciência, a vivacidade, característica dos estados de procura, de invenção e reivindicação (FREIRE,1979, p.104).

Lançando mão do contexto histórico em que se desenvolve esse trabalho de educação e alfabetização como experiências práticas vividas pelo autor, observações que foram seu laboratório de pesquisa no campo da educação, podemos orientar o leitor para um momento histórico do Brasil assim definido por Freire:

O esforço educativo que desenvolveu o Autor e que pretende expor neste ensaio, ainda que tenha validade em outros espaços e em outro tempo, foi todo marcado pelas condições especiais da sociedade brasileira. Sociedade intensamente cambiante e dramaticamente contraditória. Sociedade em “partejamento”, que apresentava violentos embates entre um tempo que se esvaziava, com seus valores, com suas peculiares formas de ser, e que “pretendia” preservar-se e um outro que estava por vir, buscando configurar-se (FREIRE,1979, p.104).

Não muito diferente de hoje, mas em situação à época bem mais crítica, era um momento em que a grande massa da população se encontrava num vazio intelectual, uma esmagadora parcela da população analfabeta, sem ter o conhecimento crítico que impossibilita um crescimento ideal, consciente e democrático de um povo. Era considerado pelo autor como um povo alienado, um aprisionamento das massas, por isso chama a educação de prática de liberdade. Assim podemos ver nas palavras do autor:

[...] Estes *déficits*, realmente alarmantes, constituem óbices ao desenvolvimento do País e à criação de uma mentalidade democrática. São termos contraditórios ao ímpeto de sua emancipação. O número de crianças em idade escolar, sem escola, aproximadamente 4.000.000, e o de analfabetos, a partir da faixa etária de 14 anos, 16.000.000, a que se junta a inadequação de nossa educação, já referida, falam por si. (FREIRE, 1979, p.35).

Por isso descrevia o autor a educação como um papel fundamental para a sociedade. Uma educação desvestida da roupagem alienada e alienante, seja ela uma força de mudança e de libertação. A ingenuidade, a ignorância do homem é tida como uma sombra que o aprisiona e o impede de viver em liberdade ante sua sociedade, por isso diz que “expulsar esta sombra pela conscientização é uma das fundamentais tarefas de uma educação realmente liberadora e por isto respeitadora do homem como pessoa (FREIRE, 1979, p.37).

Por meio desses conceitos e experiência externadas nas obras de Freire (1979) e Maturana (1998) que na prática de nossa pesquisa, pudemos perceber tais reflexos na vida dos participantes do Projovem.

Por meio das entrevistas pudemos verificar segundo o discurso dos alunos, um interesse em sua mudança, em mudar seu ambiente. Presenciamos pelo processo de educação uma interação entre alunos e professores, trocas de experiências que marcaram suas vidas.

Com nitidez, as respostas dos alunos convergem para o entendimento dos citados autores, de que a educação promove um estado de emoção que poderá dar um novo rumo à vida desses jovens. E ainda, pudemos notar claros benefícios de ordem física, social e intelectual nos participantes do programa através dos seus discursos.

3.2 Educação e a complexidade de amar os “não amáveis”.

Abrimos esse espaço de discussão sobre os processos de educação defendidos por Paulo Freire (1979) e Humberto Maturana (1998), pois compreendemos que só podemos falar em amor no educar se existe amor pelo educando e, certamente, iremos esbarrar em questões morais e sociológicas sobre a legitimidade desse

amor, por estarmos aplicando tais conceitos num sistema prisional. Vale esclarecer, com esses autores, que o amor aqui é considerado como uma política, como uma aposta política na vida, como modos de se relacionar e acolher o outro.

Ao ser aplicado no sistema carcerário, o Projovem tem como público pessoas encarceradas, isto é, “inimigos” da sociedade, indivíduos que se desviaram da conduta socialmente imposta, surgindo questões complexas diante dessa situação.

Levantaremos algumas dessas questões e buscaremos discutir sobre tais perguntas e verificar a relação que se pode estabelecer entre as propostas de educação de Paulo Freire (1979) e Humberto Maturana (1998) baseados no amor, e seus usos com indivíduos socialmente “não amáveis”.

Parte da sociedade vê esse tipo de trabalho em presídios como “passar a mão na cabeça” de presos. Algumas frases do tipo: “você fica defendendo preso até o dia em que ele roubar, matar ou fazer alguma coisa contra você ou sua família”, “como você pode tratar bem os inimigos da sociedade?” Geralmente, esses discursos são ouvidos por aqueles que buscam estabelecer outras relações de respeito, solidariedade, aceitação, acolhimento na educação de presidiários.

É certo que os autores em suas experiências educativas, não trataram especificamente das situações que ora discutimos, mas, por conta das apostas ético-políticas que fazem na condição humana e, portanto, na vida acreditamos que suas ideias podem ser usadas por todos aqueles que afirmam outros modos de existência, menos injustos, desumanos, excludentes, preconceituosos em quaisquer circunstâncias. Segundo Paulo Freire (1979):

Nenhuma educação pode prescindir de uma reflexão sobre o homem e de uma análise sobre suas condições culturais. Não há educação fora das sociedades humanas e não há homens isolados. (FREIRE, 1979, p. 35).

Nas entrelinhas de sua linguagem, o autor deixa clara a impossibilidade de aplicar só a alguns os seus métodos, fazendo acepção de pessoas, classes, cultura ou até condição de reclusão.

Maturana (1998) entende que, se vivermos em discriminação para com o outro, esse é o tipo de sociedade que iremos perpetuar. Nossos filhos procederão dessa forma,

sem aceitar e respeitar o outro como ser humano, e se temos uma sociedade de convivência onde não há aceitação do outro, conseqüentemente não haverá o respeito ao próximo. Assim, nas entrelinhas do autor temos para a aplicação do nosso caso o seguinte:

Como vivermos é como educaremos, e conservaremos no viver o mundo que vivermos como educandos. E educaremos outros com nosso viver com eles, o mundo que vivermos no conviver. Mas que mundo queremos?

Quero um mundo em que meus filhos cresçam como pessoas que se aceitam e se respeitam, aceitando e respeitando outros num espaço de convivência em que os outros os aceitam e respeitam a partir do aceitar-se e respeitar-se a si mesmos. Num espaço de convivência desse tipo, a negação do outro será sempre um erro detectável que se pode e se deseja corrigir. Como conseguir isso? É fácil: vivendo esse espaço de convivência (MATURANA, 1998, p.30).

Tendo como base a posição do autor, no que se relaciona ao respeito ao próximo, gostaria de verificar algumas palavras ou expressões, e seus conceitos mal compreendidos, que poderão nos auxiliar na aplicação da educação pelo amor, recomendado por Maturana (1998) e Freire (1979).

Assim, embora um preso seja conceituado como “inimigo” da sociedade, merece sim, o respeito, o amor por parte daquele que educa e por toda sociedade. Ademais, se este se encontra tolhido de sua liberdade, é porque está pagando à sociedade pelo erro que cometeu. Sendo assim, colocar o altruísmo em ação significa querer o bem, desejar que o próximo – no caso, o criminoso – alcance a regeneração, a ressocialização, ou como se queira chamar a capacidade de participar positivamente da vida em sociedade, ajudando-o neste processo por meio, inclusive, da educação.

Ainda seguimos com os seguintes questionamentos: como é possível amar pessoas que são vistas pela sociedade como praticante de condutas gravíssimas contra ela, e, portanto, contra o próprio educador? Ainda, amar o condenado, implica amá-lo enquanto pessoa, não enquanto criminoso; nesse caso, estaria o educador amando o crime por ele cometido?

Compreender algumas expressões contidas na Bíblia, ajuda no trato de alguns conflitos moralmente incompreendidos. Não estamos tratando aqui sobre doutrinas

cristãs, mas usando conceitos perfeitamente didáticos para a resolução de nossas dúvidas. A expressão “amai ao próximo como a ti mesmo” é um exemplo de uma das derivações da palavra amor utilizada no grego.

Segundo o comentário bíblico cristão (1978) a palavra “amor” pode ser traduzida no Grego na expressão *Philein*(Philos) que em geral descreve amor afetivo, sentimental, baseado em emoções e sentimentos. *Eran*(Eros) denota “amor” apaixonado, sensual, que opera essencialmente no plano físico. *Agapan*(Ágape) indica reverência a Deus e respeito pelos semelhantes, é um princípio divino de pensamentos e ação que modifica o caráter, governa os impulsos, controla paixões e exalta as afeições.

Dessa forma, no original grego a expressão utilizada ao texto bíblico citado é a expressão “amor” no sentido Agapan, dando ideia de respeito, de empatia ao próximo. Assim, embora um preso seja conceituado como “inimigo” da sociedade, merece sim, o respeito, o amor por parte daquele que educa e por toda sociedade. Ademais, se este se encontra tolhido de sua liberdade, é porque está pagando à sociedade pelo erro que cometeu, portanto, a dívida está sendo retribuída por outros meios. O amor-agápe significa querer o bem, desejar que o próximo – no caso, o criminoso – alcance a “regeneração”, a “ressocialização”, ou como se queira chamar a capacidade de participar positivamente da vida em sociedade, ajudando-o neste processo por meio, inclusive, da educação.

Com isso, queremos demonstrar, a possibilidade de se amar ou mesmo respeitar o preso e ainda assim, não o escusar diante da conduta que cometeu. Além do mais, frisamos que se o indivíduo está preso, é porque a justiça foi feita sobre sua atitude ilícita, e justiça, não tem que ver com vingança e sim com reparação de danos.

O ponto central de nossa discussão é o respeito, a aceitação do homem por aquilo que é, e não por aquilo que fez, que é o tratamento igualitário garantido por lei, em que nela está impresso o respeito e igualdade a todos. A nossa Constituição diz no art. 5º:

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(Vade Mecum Ridel, 2013, p.21)

Não existe ressalva alguma quanto à condição de estar o indivíduo em condição de reclusão, muito pelo contrário, na Lei de execuções penais, lei 7210 de 1984 em seus artigos 10, 11 e 17 confirmam nosso entendimento, pois assim dizem:

Art. 10. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

Parágrafo único. A assistência estende-se ao egresso.

Art. 11. A assistência será:

I - material;

II - à saúde;

III - jurídica;

IV - educacional;

V - social;

VI - religiosa.

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado (Vade Mecum Ridel, 2013, pp. 984 e 985).

Dessa forma, seja qual for a visão que se queira adotar, seja ela, religiosa, pedagógica, ou legal, em todas elas, sabemos que respeito e igualdade de direitos são princípios fundamentais que regem a vida dos seres humanos, e isso envolve a aceitação de si mesmo e do próximo.

Encerro, mostrando que não deve haver por parte da sociedade, qualquer discriminação ou má compreensão sobre o difícil trato dos educadores para com os encarcerados no processo de educação. O preconceito, como o próprio nome diz, é um conceito prévio, superficial, ignorante sobre algo, e que deve ser extirpado da sociedade desde a infância dos indivíduos, que respeitar o próximo é respeitar e aceitar a si mesmo, e assim, seguem as palavras de Humberto Maturana (1998, p. 30):

Vivamos nosso educar de modo que a criança aprenda a aceitar-se e a respeitar-se, ao ser aceita e respeitada em seu ser, porque assim aprenderá a aceitar e a respeitar os outros. Para fazer isso, devemos reconhecer que não somos de nenhum modo transcendente, mas somos num devir, num contínuo ser variável ou estável, mas que não é absoluto nem necessariamente para sempre. Todo sistema é conservador naquilo que lhe é constitutivo, ou se desintegra. Se dizemos que uma criança é de uma certa maneira boa, má, inteligente ou boba, estabilizamos nossa relação com ela de acordo com o que dizemos, e a criança, a menos que se aceite e se respeite, não terá escapatória e cairá na armadilha da não aceitação e do não respeito por si mesma, porque seu devir depende de como ela surge — como criança boa, má, inteligente ou boba — na sua relação conosco. E se a criança não pode aceitar-se e respeitar-se não pode aceitar e respeitar o outro. Vai temer, invejar ou depreciar o outro, mas não o aceitará nem respeitará. E sem aceitação e respeito pelo outro como legítimo outro na convivência não há fenômeno social.

4. Adolescente e Ato Infracional: A educação não formal como fator de proteção

Neste capítulo faremos um breve relato sobre a dissertação “Adolescente e Ato Infracional: A educação não formal como fator de proteção” do Mestrado em Segurança Pública pela Universidade de Vila Velha, que verifica como a participação de adolescentes (oriundos das classes populares) em projetos de educação não formal pode contribuir para ampliar o seu horizonte de possibilidades, convergindo para a prevenção de atos infracionais (FUENTES, 2016). Com isso faremos um paralelo entre a pesquisa citada e a educação que é ofertada pelo “Projovem”, para verificação dos pontos convergentes no que tange os benefícios obtidos pela participação de indivíduos em projetos de inclusão social.

Conforme a proposta ou hipótese lançada por essa pesquisa, a autora verificou, através de revisão bibliográfica e entrevistas com os jovens egressos do projeto de educação não formal ofertado pelo Instituto João XXIII, que essa proposta, bem como outras de mesmo caráter, tende a ser efetiva na prevenção de situações ligadas a criminalidade e motivadora de novas perspectivas sociais aos seus participantes. Nas palavras da autora temos:

Podemos então afirmar que, a partir da pesquisa realizada, a educação não formal não é necessariamente a única alternativa salvadora para adolescentes das classes populares, mas se transforma em um instrumento de grande potencial para a mitigação do risco de cometimento de ato infracional, bem como potencial motivador para a criação de perspectivas de futuro e processo de construção de projeto pessoal (FUENTES, 2016, p.39).

Para chegar a essa constatação, a pesquisadora inicia seu trabalho fazendo um interessante alicerce conceitual sobre a adolescência e essa fase tão questionável da vida, uma vez que sua pesquisa envolve a prevenção de atos infracionais, crime e da violência.

Segundo a autora, sob a leitura que se faz da fase da adolescência, tem-se a equivocada e preconceituosa visão de que, nesta, deve-se esperar sempre a rebeldia, irritação e contestação (FUENTES, 2016). Ainda nos mostra que, dos atos tão questionáveis dessa fase, e até mesmo dos infracionários, nem sempre se leva em conta que podem ser a razão de complexos fatores ligados à questão social, às fragmentadas relações familiares e às situações de violências vividas pelos adolescentes e não necessariamente a uma tendência psicológica passageira ligada a determinada etapa do desenvolvimento psicológico, ou não apenas e exclusivamente a esta fase de vida.

Destaca ainda a utilização do termo ato infracional e não crime, para as condutas desviantes cometidas pelos adolescentes, imposição legal do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). E cita Padovani e Ristum (2013), com a seguinte definição de ato infracional:

Temos então o ato infracional como sendo produto de fatores complexos, que perpassam tanto a fase de desenvolvimento como as condições familiares, sociais, culturais e econômicas nas quais os adolescentes estão inseridos (PADOVANI e RISTUM, 2013 apud FuENTES, 2013, p.17).

Assim, assevera que o adolescente, a partir de seus atos, externa sua instabilidade emocional, mas também que a prática do ato infracional cometido por adolescentes deve ser abordada sob diversos enfoques (emocional, psicossocial, econômico, jurídico, entre outros). Extrai sua afirmação através da visão de Bocca (2009):

[...] partindo da premissa de que a sociedade também é agente deste processo, faz-se necessária uma consciência mais reflexiva a respeito de tal fenômeno, pois somente repensando nossas práticas e nossos saberes é que vamos deixar a condição de meros espectadores da desenfreada violência. Os jovens, quando cometem algum tipo de infração, trazem em seus atos violentos suas histórias, seus projetos de vida e muitos deles projetos de morte, agressões

sofridas e outros fatos negativos que marcam suas vidas e as de seus familiares, fatos esses que se somam às inúmeras violências de um mundo onde a existência é marcada pelo ter, em face ao ser. Esta forma de existir está fundamentada em uma sociedade da aparência e do consumismo. (BOCCA,2009,p.169. *apud*, FUENTES,2013. p.19).

Com essas importantes bases teóricas e conceituais, a pesquisa segue na discussão de sua proposta, discorrendo sobre a educação em seu conceito, prática e importância na vida dos sujeitos.

Destaca Fuentes (2016) a diferença básica entre **educação formal**, que se entende como sendo aquela ofertada pelas escolas e regulamentada por lei, educação **informal**, aquela adquirida no processo de *socialização* pela família, igreja, no bairro e outros espaços, e **educação não formal**, que segundo a autora, decorre **fora do ambiente escolar oficial, mas com um objetivo bem definido, com conteúdo desenvolvido a partir das necessidades da realidade em que se vive.**

Lança mão desses conceitos, justamente para poder destacar todas as características do projeto alvo de suas pesquisas, o Instituto João XXIII, por se tratar de um instituto que oferece educação não formal, intencionalmente. E, com responsabilidade científica, buscou de caracterizá-lo até na definição precisa de suas atividades. Esse instituto ofertava aulas de canto, oficinas de arte, aulas de ginástica e violão. Possui proposta de ensino com foco na Arte-Educação; literatura, música, teatro, dança, entre outras formas de expressão da arte.

Assim, reforça a autora que, com essa proposta, o instituto contribui diretamente para o desenvolvimento do exercício da cidadania e potencialidades das crianças e adolescentes. (GARCIA,2009,p.36 *apud* FUENTES, 2016, p.27) diz:

Esta atitude filosófica da educação não-formal pode fazer com que algumas de suas práticas se apresentem como possíveis propostas de educação inovadora e transformadora, que busca a partir das relações vividas no cotidiano, da valorização de pontos não consideradas em outros campos educacionais, fazer emergir as bases de uma relação educacional diferenciada, que propõe a construção de um ser humano em um sentido amplo.

Dessa forma, Fuentes (2016) aponta que tal iniciativa contribui para o oferecimento de oportunidades educativas, bem como para a abordagem e amparo à fragilidade da educação, privação cultural, privação do lazer, falta de convivência familiar e comunitária e a prevenção ao envolvimento com a violência e o tráfico de entorpecentes.

Metodologicamente, a pesquisa traz para a verificação de sua hipótese, além dos vários conceitos com ampla discussão com vários autores versados sobre o assunto, entrevista com egressos do instituto e puderam dar sua contribuição para a conclusão da pesquisa. Nela o recorte da pesquisa se deu nos anos de (2008 e 2009) que atendeu 331 crianças e adolescentes de Vitória/ES.

Os resultados da análise foram os seguintes:

- Os jovens que dela participaram estão entre a faixa etária de 19 a 22 anos (à época de sua participação no instituto, eram crianças e adolescentes) em sua maioria do sexo feminino (83%). Quanto à classificação étnica segundo o Instituto Brasileiro de Estatística – IBGE, eles se consideraram: 50% como parda, 25% como branca, 17% como preta, e 8% como indígena.

- Quanto sua inserção no mercado de trabalho, 8% apontaram vínculo em trabalhos temporários (bicos), 25% ligados a estágios, 17% estão desempregados, 25% optou por apenas estudar, 8% trabalha e estuda e 17% possuem emprego formal.

Sobre a escolaridade, os resultados foram; 67% estão cursando ensino superior, 25% possuem ensino médio completo e 8% com ensino médio incompleto.

- Quanto sua inserção na educação formal, os jovens foram questionados se a participação no curso de educação não formal (Instituto João XXIII) despertou o interesse de continuar estudando, a resposta foi positiva por todos eles, até porque um dos critérios para sua inscrição no projeto é estar matriculado e em situação regular na escola.

Segue o discurso dos alunos sobre sua motivação em continuar estudando:

É. Eu, no meu ponto de vista, se eu não tivesse, o que me fez motivar a querer estudar, não teria acontecido se eu não tivesse entrado no projeto social. Eu comecei a dar importância para aquilo

que eu fazia, dar valor ao futuro que eu iria ter depois que eu entrei no projeto social. Então essa é a percepção que eu tenho. (entrevistado A).

Contribuir, contribuiu. Assim, é, como eu posso dizer? Era um estímulo, né?, por que eu não sei se hoje em dia é assim, mas naquela época só podia ter boas notas, fazer o instituto se tivesse boas notas. Então a gente era motivado a isso: Ah, eu vou permanecer nesse local, então eu vou estudar mais. E de qualquer forma era sadio vir pra cá, né?, aprender tantas coisas, então isso estimulava a continuar no desenvolvimento escolar. (entrevistado D).

No prosseguimento de seu relato Fuentes (2016) relata que a evasão escolar não ocorre apenas no ensino formal e nos projetos de inclusão social. Também existem grandes dificuldades para motivar a permanência do público adolescente que deles participam. Quando a questão proposta foi sobre a motivação por continuar no curso, as respostas com as seguintes categorias foram:

Dos participantes, 17% afirmaram gostar da atividade que realizavam, 7% apontaram melhora no aspecto de comunicação (timidez), 21% registraram a convivência com outras pessoas, 27% acolhimento e 28% a equipe profissional. Dessa forma, segue o relato proferido pelos alunos:

O gostar do ambiente do Instituto. Era um ambiente assim, que te acolhia, por ser um ambiente simples, ele te acolhia de uma forma assim, inimaginável. O Instituto ele, eu ia lá e me sentia em casa, era essa a definição que eu tenho pro Instituto naquela época. Então eu chegava lá e me sentia em casa, eu me sentia à vontade, as pessoas me acolhiam, as pessoas conversavam comigo, sem diferença, sem tratar com diferença. Então, o Instituto, o que me motivou foi o modo de tratar, o modo de lidar com as coisas, é, saber é, incentivar as pessoas a fazer aquilo que elas gostam, então foi o que me motivou, foi muito incentivo mesmo, do Instituto em relação a isso. (entrevistado A).

Por que assim, era algo diferente que eu nunca tinha visto, feito nada né. Então assim, pra mim foi bom por que eu comecei a conhecer coisas novas, aprender coisas novas, assim, sempre gostei de cantar então foi algo que me chamou atenção. Aprender a tocar eu também sempre quis. É, então acho que isso mesmo, a convivência né, com outras pessoas. (entrevistado E).

Ah, a forma como a gente era tratado mesmo. Assim, que os profissionais eles tinham uma atenção muito boa com a gente, com os alunos, né?, tinham um carinho muito grande. E isso me motivava, como eu era bem aceita, né?, via que era bem aceita, tinha amigos que me aceitavam, que gostavam de mim. Isso era o motivo de estar lá, né?. E era as oficinas também, que eu ia gostando, e aí fui ficando. (entrevistado B).

Outro ponto de destaque da pesquisa, foi sobre a contribuição da educação formal na vida dos entrevistados, eis algumas das respostas:

(...) acho que contribui muito para o que eu sou hoje né. Por que assim, ... (choro). Lá a gente não aprendia só, só tocar e só cantar, era uma relação de convivência, respeito um com o outro. De respeitar as diferenças né, que cada um tem suas particularidades. Então acho que isso contribui muito pra mim. Hoje por eu tá fazendo pedagogia, que também não é só a escola né, que educa, que outros espaços também tem papel de educar, de contribuir para a formação do sujeito, né. Então acho que é isso. (entrevistado E).

Essa experiência contribuiu muito bem pra minha vida mesmo, assim em tudo. Meu comportamento principalmente (...). Ah, por que eu acho que eu era muito elétrico, assim, e depois eu fiquei mais calmo, assim. Eu também era mais tímido, depois eu me soltei mais. Não muito, mas me soltei. (entrevistado F).

A partir dessas entrevistas a pesquisa afere que a importância do projeto no que tange à possibilidade de um diálogo aberto entre educadores e educando, valorizando a importância do outro na constituição enquanto sujeito (Fuentes,2016)

Outro dado que chamou bastante atenção e calha citar, foi sobre o impacto da experiência vivenciada pelos participantes e que incidiu em sua trajetória de vida.

São os relatos:

Eu não tinha sentido nenhum na vida até antes do Instituto. Eu andava, não ligava pra quem eu andava, não ligava pro que eu fazia, então, a partir do momento que eu entrei no Instituto, deu um sentido pra aquilo que eu fazia, eu aprendi a gostar de algo, e aprendi a ter zelo por aquilo que eu gostava. Então eu acabei me dedicando muito ao que eu fazia no Instituto. (entrevistado A)

(...) tanto é que antes de eu entrar pro Instituto, eu tinha a questão de, da crise no bairro né, questão de ficar muito tempo fora de casa, chegar em casa tarde, que para a minha idade era totalmente errado. Eu andava com muita gente errada também, antes de eu entrar no Instituto, então, assim, ter entrado no Instituto foi uma reviravolta muito grande na minha vida, no bom sentido. A ponto de que minha família não só abraçou a ideia como deixou eu seguir em frente. (entrevistado I)

(...) por que se eu não tivesse entrado, provavelmente hoje, eu estaria envolvida com alguma pessoa assim, no caso do tráfico né. Por que assim, eu tenho contato com isso todos os dias por que é em frente a minha casa. Então se eu não tivesse assim, ali com pessoas que me orientassem hoje em dia eu estaria, sei lá, com 3 ou 4 filhos de algum traficante do morro né. (...) A gente lá no Instituto mesmo, qualquer coisinha que acontecia a gente podia, a gente tinha alguém pra sentar e conversar. Aí sempre tinha alguém assim: “olha isso não é legal, revê esse situação, e tal, pensa se isso tá certo”. (entrevistado C).

Acredito que tenha sim contribuído pra minha trajetória hoje. Por que, como é que eu posso te dizer? Hum... assim, por que hoje o mundo que a gente tá hoje, é, podemos falar que não há mais respeito um pelo outro né. Então eu acho que o João XXIII, me fez olhar para as outras pessoas, como olhar mais atento, a saber que não é só eu que preciso, o outro também precisa. E o bairro que eu vivo é, assim, até hoje eu olho para umas crianças eu falo: nossa elas deviam tá em algum projeto. Então eu acho que contribuiu nisso, de eu ter um olhar mais atento né, contribuiu na escolha do curso que eu tô fazendo. (entrevistado E).

Finalmente, a partir de todos os dados colhidos, a pesquisa se encerra concluindo que a educação não formal, se mostrou uma importante ferramenta na medida em que possibilitou aos educandos novas perspectivas de vida, novos projetos e sonhos. Através das entrevistas, ficam bem evidentes os aspectos positivos e marcantes na vida desses jovens e que lhes conferiram condições favoráveis para uma direção positiva ao rumo de suas vidas.

A pesquisa destacou o acolhimento que receberam, a atividade de ensino proposta, a convivência com outras pessoas, a equipe profissional e a dedicação no desempenho de suas atividades e a melhora em seu aspecto de comunicação.

Assim a pesquisa se conclui com a seguinte fala da autora:

Podemos então afirmar que, a partir da pesquisa realizada, a educação não formal não é necessariamente a única alternativa salvadora para adolescentes das classes populares, mas se transforma em um instrumento de grande potencial para a mitigação do risco de cometimento de ato infracional, bem como potencial motivador para a criação de perspectivas de futuro e processo de construção de projeto pessoal (FUENTES, 2016, p.39).

5. As Experiências de Educação e Condições Para Reintegração Social

Através da experiência inclusiva descrita anteriormente , de outras citada na pesquisa e no próprio “Projovem”, percebemos no estudo prático e teórico sobre tais programas, alguns pontos em comum em cada experiência. Quero dizer que existem similaridades, pontos convergentes e similares presentes em todas as pesquisas citadas até aqui.

Existem em cada uma delas, relatos sobre a influência positiva emocional, social e psicológica sobre os indivíduos que participam desses programas de inclusão social. Dessa forma precisamos entender um pouco a razão e o desencadeamento desses benefícios e como isso pode estar relacionado à ressocialização ou reintegração social.

Segundo Rabello (2008), a Psicologia Evolutiva traz um novo conceito de ser humano, como um somatório de várias dimensões (física, mental, emocional e espiritual), ou seja, a integração de todas essas dimensões.

Na visão de Oliveira (2015) temos a seguinte explicação:

A pessoa é vista como um todo integrado, um ser holístico. Na realidade, o ser humano é uma síntese de todas as suas experiências positivas e negativas, física, mental, social, emocional e espiritual. E essa síntese é que desenvolve uma personalidade doente e com os mais variados problemas e dificuldades (OLIVEIRA, 2015. p.188).

Na visão de Antônio Damásio (1996) é necessário considerar que por ser o indivíduo um ser integrado, não devemos fazer separação entre corpo, razão e emoção. Na realidade é indispensável levar em conta que devemos entender a importância das emoções como fundamentais no processo de tomada de decisão e de julgamento moral dos seres humanos.

Cassavan e Seniciato (2004) afirmam que “as emoções participam tanto dos processos de raciocínio quanto na construção de valores humanos que garantirão a forma pela qual o corpo de conhecimentos vai influir na escolha entre as soluções possíveis para a ação na vida prática.”

Segundo Oliveira (2015), diariamente somos alvos de experiências emocionais que nos marcam, seja em pequena ou grande escala. Em cada atividade desenvolvida, somos tomados pelas emoções, quer seja ao trabalhar, estudar, namorar, assistir televisão, ir à academia, comer ou qualquer ação que desempenhamos, as emoções estarão sempre presente.

Poderemos vislumbrar como esse processo se dá na explicação clara e objetiva do autor:

Primeiro temos um pensamento. Esse pensamento gera uma emoção. Essa emoção gera um comportamento. Esse comportamento cria uma experiência que, por sua vez, marca nosso inconsciente a alimenta nossos próximos pensamentos (OLIVEIRA, 2015, p.189).

Dessa forma entende-se também que para se obter o sucesso nos estudos, no trabalho, nos relacionamentos, nas atividades diárias, no cumprimento de metas e objetivos de vida, faz-se necessários que exista equilíbrio nas dimensões que integram o ser humano como um todo, como já citamos: físico, mental, emocional e social.

Assim, entende-se que na formação social, profissional e de caráter de reintegração de sujeitos, para que prospere o êxito nessas empreitadas é necessário que de

algum modo seja promovido aos sujeitos, condições favoráveis ao equilíbrio dessas dimensões que compõe o ser humano.

Para melhor compreensão disso e lançar o fundamento dessa afirmação, mais uma vez lançaremos mão da obra de Oliveira (2015) que nos explica:

Você precisa investir em todas as áreas da sua vida. Você precisa cuidar do físico, mental, social, emocional e espiritual para ter saúde completa e sucesso profissional. Na dimensão física, precisa de alimentação equilibrada, repouso adequado, exercício físico, ar puro, muita água e contanto com o sol. Na dimensão mental, precisa se exercitar intelectualmente, lendo bons livros e artigos, participando de treinamentos e cursos, mantendo pensamentos puros e saudáveis. Na dimensão social, precisa cuidar dos que ama (família, cônjuge, filhos, amigos), ter relações interpessoais para que as mesmas sejam positivas. Na dimensão espiritual, precisa descobrir quem é você, qual lugar você ocupa no universo. O que precisa para ser pleno! Precisa se dedicar a sua religiosidade e expressar sua espiritualidade, vivendo seus valores e crenças de uma forma coerente. Deve praticar aquilo que prega, para conseguir força e paz interior. E por último, na dimensão emocional, precisa ter tempo para a recreação e trabalho, o equilíbrio entre os dois é essencial! E o mais importante: precisa lembrar que seu estado emocional depende de todas as outras dimensões. O cuidado com o emocional é essencial, pois, como já vimos, controla nossas decisões racionais. (OLIVEIRA, 2015, p.189).

Diante disso, entendemos que quando buscamos equilibrar esses aspectos ou dimensões que compõe o ser, torna-se mais tangível para esse indivíduo, superar expectativas e alcançar objetivos de vida.

Trazendo o mote para o âmbito de nossa pesquisa, por que não dizer que um presidiário pode, quando exposto à possibilidade de crescimento intelectual, atividades cognitivas diárias, contato social, gozando de novas amizades, motivação emocional, otimizando essas dimensões alcançando assim o que alguns pesquisadores chamam de ressocializar.

Empiricamente, grande parte dos alunos, internos do programa Projovem, proferiram de forma espontânea o mesmo discurso de gratidão pelo programa, como uma ferramenta, que lhe possibilitou oportunidade de crescimento intelectual, profissional, social e emocional.

Isso se confirma em nossa pesquisa, quando fizemos o seguinte questionamento: “Descreva algo no aprendizado das aulas que foi marcante para você e que ocorreu no período de sua participação no Projovem. As respostas foram:

“Ser um eterno questionador de tudo o que se faz, nunca considerar o que se faz perfeito e acabado. Pense sempre em melhorar”.

“As noções de Direitos Humanos e desenvolvimento sustentável”.

“Aprendi muita coisa com nosso professor, aprendi ser alguém na vida que não era lá na sociedade”.

“Foram aulas boas de muita felicidade”.

“Respeito ao direito das Pessoas e não desrespeitar os outros, mudar de vida e dar mais valor ao trabalho”.

“O mais marcante foi o Projovem saber escolher um professor que se dedicou tão verdadeiramente”.

“Ao começar as aulas sempre fazíamos orações isso foi bastante marcante”.

“O período marcante foi a determinação e a solidariedade dos professores em acreditar em nossas capacidades e nos ajudar a aprender a essência da vida no dia a dia”.

6. O PROJÓVEM IMPLANTADO NO COMPLEXO DO XURÍ

Nesse capítulo procuraremos relatar a experiência de implantação do “Projovem” no presídio, caracterizando o local, o perfil dos alunos e os cursos ofertados. Nos obrigamos a externar aqui nossa experiência, pois dela obtivemos os maiores resultados. Paulo Freire (1964) nos ensina que o aprendizado nem sempre vem dos livros ou conversas com grandes estudiosos e pesquisadores, mas muitas vezes, das

observações que quase sempre abriam ao autor novas perspectivas e o levavam a retificações. Observações nem sempre retiradas de livros nem apenas de conversas com especialistas entre os quais situa as equipes universitárias com quem trabalhou, mas também obtidas dos permanentes encontros com homens simples do povo. Com analfabetos com quem tanto aprendeu o Autor. A todos eles, cuja relação nominal seria difícil fazer, expressa o Autor, agora, seu reconhecimento (FREIRE, 1964, p.33).

Portanto, aqui relataremos todos os aspectos que circundam nossa experiência científica, aproveitando o tópico para trazer os dados coletados, as entrevistas feitas aos alunos-internos e posteriormente, externar o que verificamos a partir da observação desses dados.

Nossa pesquisa se desenvolveu no Complexo Penitenciário do Xurí, nas unidades PEVVI e PEVVII, localizado no município de Vila Velha, Rodovia BR 101 Sul / Km 315 – Fazenda Santa Fé, *Xuri* /ES.

Segundo informações do Governo do Estado as unidades PEVVI e PEVVII foram inauguradas respectivamente em novembro de 2010 e fevereiro de 2011 com o custo de R\$ 33,6 milhões de reais cada, com recurso próprio do Governo do Estado. Sua destinação é o acolhimento de presos condenados a cumprir pena em regime fechado.

De acordo com os dados fornecidos pelo INFOPEN (Informações Penitenciárias) e Ministério da Justiça a população carcerária dessas unidades até setembro de 2015 é de:

PEVV 1 – Penitenciária Estadual de Vila Velha I com 628 vagas previstas e o número de 628 condenados.

PEVV 2 – Penitenciária Estadual de Vila Velha II com 684 vagas previstas e o número de 576 condenados, desses, 108 estão em triagem. O Espírito Santo ocupa a 8ª posição no Brasil da maior população carcerária, até setembro de 2015 com 18.371 presos. (INFOPEN, 2015)

O Projovem Trabalhador foi implantado em parceria com o Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social e Educacional do Espírito Santo- (IPPES), a fim de atender jovens reclusos no sistema penitenciário.

Esse atendimento aos presídios do Espírito Santo já possui aproximadamente 3 anos e segue os mesmos pré-requisitos de “admissibilidade” para a participação do programa fora do sistema penitenciário, dando a eles um treinamento, primeiramente de formação ética e cidadã, com carga horária de 100h e posteriormente, treinamento de qualificação profissional com carga horária de até 400h.

Segundo o plano legal, o projeto oferece curso em diversas áreas ocupacionais, auxílio financeiro mensal e a possibilidade de um emprego formal, buscando atingir as metas estipuladas em lei como reintegração e inclusão social. Com o objetivo de cumprir o fim proposto por lei, ao progredir de regime, o interno é transferido para o semi-aberto, e após o término do curso, o programa procura o encaminhamento profissional do jovem, em alguma atividade, de acordo com sua área de qualificação.

É um programa elaborado para atender às condições para a educação e profissionalização dos internos, além de propiciar condições para que jovens possam entrar com maior competitividade no mercado de trabalho. O IPPES oferece cursos práticos, onde se conciliam informações básicas, importantes para o cotidiano e aulas práticas, específicas na área que escolheram. O Projeto conta com os seguintes cursos:

TABELA 5 – Funções e qualificações do Projovem

Áreas/Carga horária	Funções/Qualificação
Serviços pessoais – 250h	Instrutor / Professor com qualificação na área ocupação de manicura e pedicura, depilador(a), cabeleireiro(a), maquiador(a)
Construção e reparos (instalações elétricas) - 250h	Instrutor / Professor com qualificação na área Eletricista de Instalações, funcionamento de lâmpadas, condutores, circuitos, materiais de instalação elétrica, manutenção de edificações, geração, transmissão e distribuição de energia, consumo de energia, extensão, bombas de água, instalação e reparação de linhas e aparelhos de telecomunicações, instalação de serviços eletrônicos de segurança.
Alimentação 250h	Instrutor / Professor com qualificação na área Serviços no setor de alimentação, segurança de alimentos, contaminação, conservação de alimentos, técnicas de trabalho de chapista, cozinheiro auxiliar, repositor de mercadorias, vendedor ambulante, sopas, apresentação dos pratos.
Auxiliar administrativo e Transporte – 50h	Auxiliar administrativo – Oficce Boy, Almoxarife, Recursos Humanos Transporte – Cobrador de ônibus

Disponível em: (www.juventude.gov.br)

O curso ainda disponibiliza um *Kit* escolar contendo um caderno, lápis, borracha, apontador e duas apostilas. Uma referente à qualificação social e outra para qualificação profissional.

Ainda conta com um quadro negro, data show e um computador desktop para atividades na área de informática ou até mesmo para a exposição de slides ou documentários ligados as temáticas das apostilas. São sempre registradas as frequências dos alunos para garantir o maior aproveitamento do curso e cumprir a carga horária proposta para a qualificação social e profissional com os mesmos critérios de qualidades aplicados aos alunos externos.

Ao final das horas propostas para o curso, o IPPES, órgão de execução do programa realiza a entrega dos certificados profissionais de cada aluno e realiza com o apoio da direção e equipe de segurança dos presídios uma formatura com a entrega pessoal dos certificados de cada aluno.

Estivemos em participação direta no Projovem, como instrutor do programa. Ministramos aulas em duas turmas nos anos de 2014 e 2015. As aulas do curso no presídio são ministradas nos turnos matutinos e vespertinos, e em regra, possuem o número máximo de 25 alunos segundo as diretrizes de segurança dos presídios, numa sala padrão de ensino. Possuem carteiras e acomodações em perfeito estado para o estudo.

Pudemos atender apenas duas turmas nos turnos matutinos, até por conta da própria pesquisa, mas buscamos fazer as entrevistas com todos os alunos que participaram do programa nesse período da pesquisa.

Com a autorização para realizar as entrevistas no presídio concedida pela Secretaria de Justiça através do Processo n. 73637114, conseguimos colher informações para a pesquisa entrevistando de 65 internos. As entrevistas foram organizadas pela Secretaria de Justiça, que nos forneceu todo o suporte para a realização das mesmas. Também tivemos acesso às cartas de agradecimentos feitas pelos internos do curso de Administração, destinadas ao seu instrutor, que em seu conteúdo expressam alguns dos benefícios que o projeto lhes proporcionou.

Os presídios trabalham com normas de segurança que devem ser estritamente seguidas e, em alguns momentos, foi inviável fazer a movimentação de internos para participar das entrevistas. Ainda cabe ressaltar que muitos indivíduos que participaram do “Projovem” já estão no regime semi-aberto ou foram transferidos, inviabilizando o contato com eles.

Nessa pesquisa pudemos perceber durante todo o processo educacional, a participação direta dos internos e, como esta participação foi muito especial para se alcançar os objetivos propostos por toda a equipe.

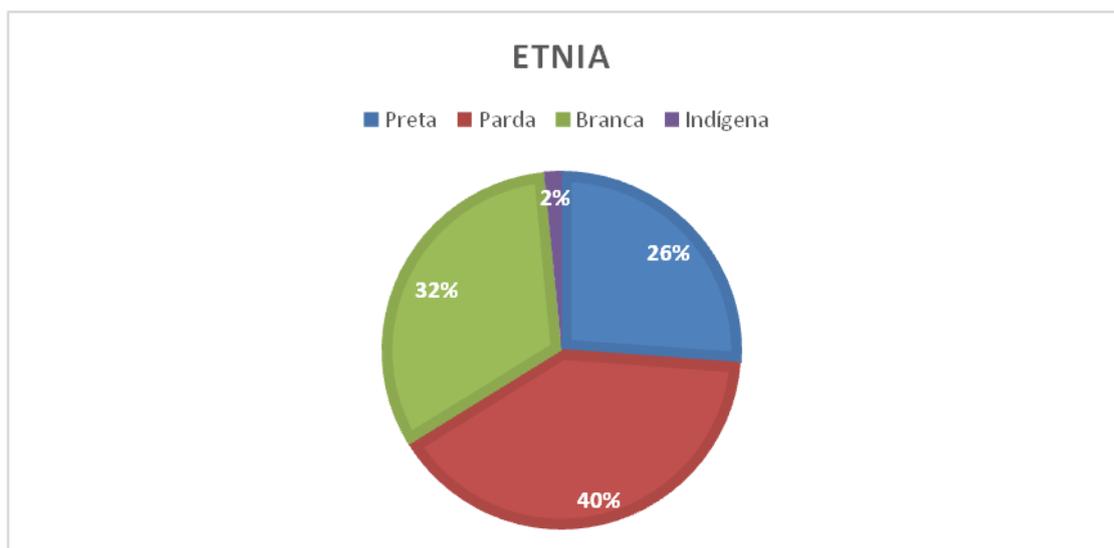
Apesar de inicialmente parecer um ambiente hostil, sob a perspectiva de quem vive longe do ambiente carcerário, pode se tornar um lugar de novas oportunidades, um lugar de uma prática pedagógica mais altruísta, lúdica e dialogal.

Durante a pesquisa e o processo de ensino, pudemos verificar segundo os métodos propostos por Maturana (1998) e Freire (1979) que, ao ensinar com convicção, visando um fim que se deseja alcançar, é possível obter resultados gratificantes. A seguir, transcreveremos os dados que coletamos e discutiremos os resultados.

7. ENTREVISTAS, COMPARAÇÕES E DISCUSSÕES

Em nossa pesquisa, entrevistamos 65 jovens com faixa etária de 18 a 29 anos. 32% dos entrevistados se classificaram como brancos, 40% se consideraram pardos, 26% se consideram de cor negra e 2% se consideram como índio. Seguimos a classificação baseado nos critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.

GRÁFICO 1 – Classificação Étnica



Comparando esses dados, com as informações estaduais obtidas pelos relatórios de setembro de 2015 do INFOPEN, percebemos que em ambos os relatórios sobre a

cor ou etnia dos internos, a autodeclaração dos indivíduos está em sua maioria classificada como pardos. Quanto às outras classificações, é perceptível haver um percentual bem equilibrado entre brancos e negros. Vejamos isso no gráfico da Secretaria de Justiça (SEJUS):

TABELA 6 - Etnia (autodeclaração) - Sejus

	MASC	FEM
BRANCA	3.373 (19,57%)	280 (24,53%)
NEGRA	4.640 (26,92%)	334 (29,27%)
PARDA	8.740 (50,72%)	510 (44,69%)
AMARELA	80 (0,46%)	7 (0,61%)
INDÍGENA	1 (0,005%)	0
OUTRAS	396 (2,29%)	10 (0,87%)
TOTALPOR GÊNERO	17.230	1.141
TOTALGERAL	18.371	

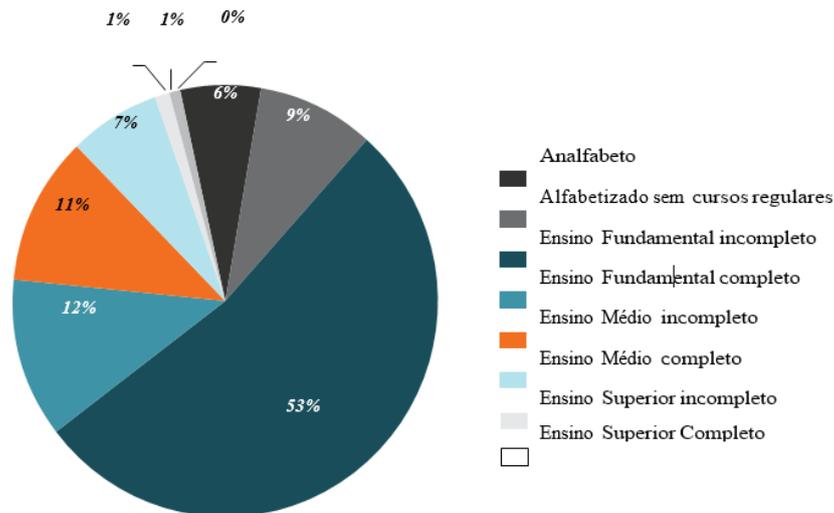
FONTES: DIRAJUSP/SEJUSES

Quanto ao grau de escolaridade, tivemos em nossa pesquisa que, 34,92% possuem o Ensino Médio completo, 26,98% estão cursando o Ensino Médio, 7,93% possuem o Ensino Fundamental completo e 30,15% estão entre a 5 e a 7 série do Ensino Fundamental.

GRÁFICO 2 – Classificação Grau de Escolaridade

Mais uma vez, buscamos fazer um comparativo com informações externas para obtermos uma ideia da realidade prisional quanto ao grau de instrução dos presos. Dessa vez buscamos os dados do Infopen de junho de 2014, tal relação diz respeito ao grau de escolaridade da população prisional brasileira:

GRÁFICO 3 - GRAU DE ESCOLARIDADE - INFOPEN

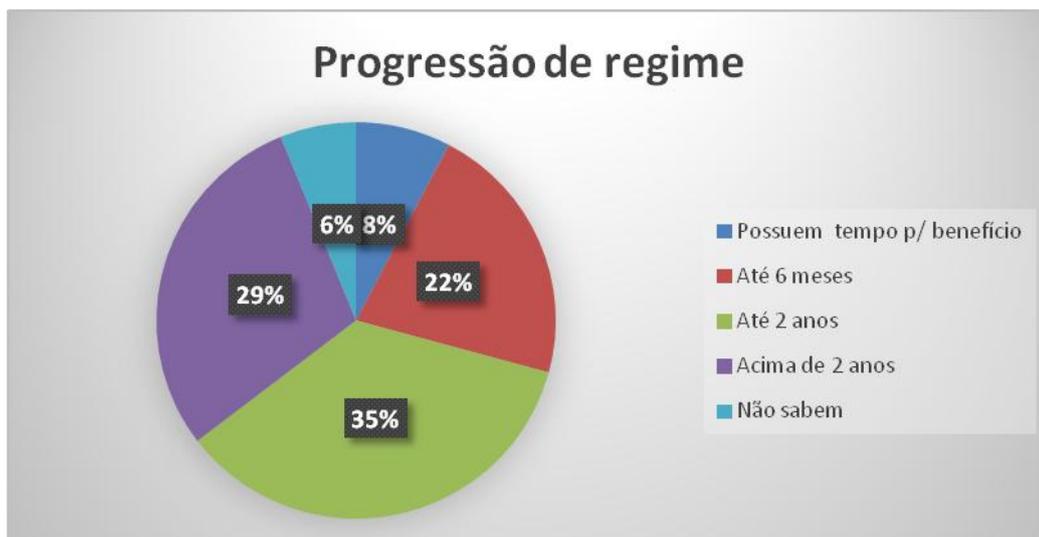


Fonte: [Infonen](#), junho/2014

Verifica-se que em níveis nacionais a maior parcela de indivíduos, em geral, possui apenas o ensino fundamental incompleto. Para nossa pesquisa, cabe ressaltar que os indivíduos envolvidos em projetos de inclusão social como o Projovem, em sua maioria possuem o ensino médio completo e por participarem desses projetos, embora ainda não tenham o ensino completo, a maioria está no processo regular quase concluindo.

Questionamos aos alunos quanto ao tempo de cumprimento da pena. Tivemos como resposta que, 8% dos entrevistados estão entre os que já possuem tempo como requisito para adquirir o benefício da progressão de regime. Outros 22% estarão completando o tempo de progressão nos próximos seis meses. 35% estão no grupo dos que terão progressão de regime em até dois anos, 29% estão no grupo que vão demorar de dois anos para cima até obter o tempo de aquisição do benefício e 6% não souberam responder.

GRÁFICO 4 – Tempo P/ Progressão de Regime



Cabe notar que quanto mais cedo estiver o interno de gozar a progressão de regime, mais cedo este poderá pôr em prática os ensinamentos que obteve em sala de aula. Entendemos que o ideal seria o uso dessas técnicas ainda nos ofícios dentro do sistema penitenciário, ou seja, postos em prática a partir do término do curso.

Quanto à ocupação ou profissão que já desempenharam, nós obtivemos que 6% dos entrevistados se enquadraram como autônomos ou empresários. Foi registrado que 21% em ocupação não formal em atividades do tipo: auxiliar de pedreiro, pintor e ajudante de marceneiro. Outros 62% dos entrevistados relataram que já realizaram atividade trabalhista formal e outros 11% dos entrevistados não relataram ou não determinaram prática de atividade laborativa.

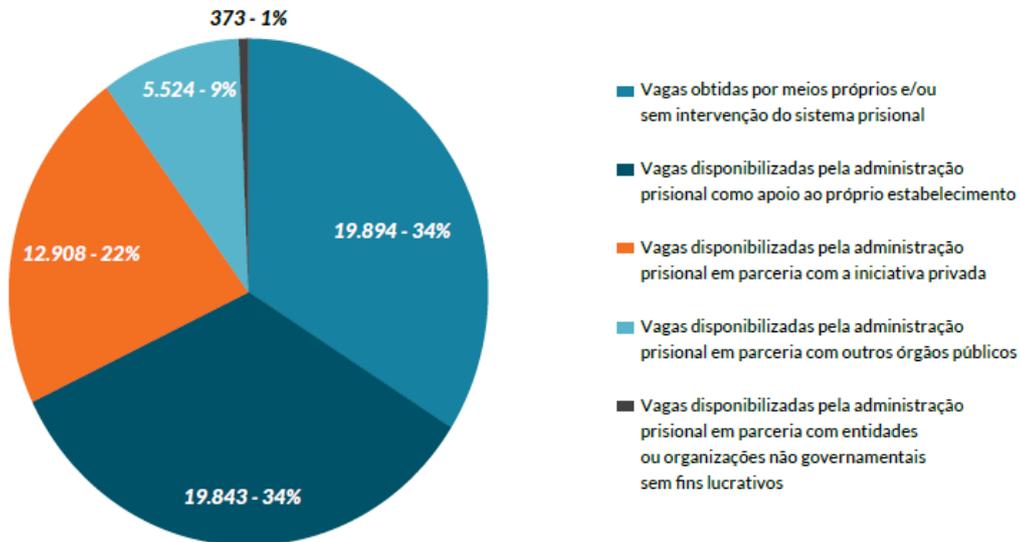
GRÁFICO 5 – Atividade laborativa



Destacamos esse ponto, pois entendemos que, embora o cenário econômico atual não esteja muito favorável para a contratação imediata e formal no mercado de trabalho, com a experiência que esses jovens já obtiveram anteriormente e agora tendo uma qualificação profissional com certificação, possam eles ter mais chances no próprio mercado formal ou mesmo conseguir um lucro razoável para manter a vida, trabalhando por conta própria na prestação de serviços.

Devemos ainda ressaltar sobre dados relativos ao trabalho, a relação dos indivíduos que estão trabalhando e o meio de obtenção da vaga de trabalho. Esses dados podem nos levar a considerar as vagas que são obtidas através da parceria entre o sistema prisional e a iniciativa privada, órgãos públicos e entidades não governamentais. Vale destacar que o trabalho é segundo a lei de execução penal, requisito fundamental no processo de ressocialização. Diretamente ligado a esses dados, está o encaminhamento feito pelos cursos de inclusão social, sendo eles, convenentes privados, do terceiro setor ou órgão de qualquer natureza jurídica.

GRÁFICO 6 – Pessoas trabalhando por meio de obtenção da vaga de trabalho



Fonte: Infopen, junho/2014

Temos os dados que 34% das vagas obtidas são por meios próprios ou sem intervenção do sistema prisional, 34% delas são da relação direta com a administração prisional, ou seja, atuando nas áreas de limpeza, conservação e alimentação. Do total de vagas, 22% são disponibilizadas pela administração prisional em parceria com a iniciativa privada, outros 9% delas da parceria entre a administração prisional com outros órgãos públicos e o 1% restante, em parceria com as entidades não governamentais sem fins lucrativos.

Como mencionamos, o art.10 da lei 7210 de 1984, a Lei de Execuções Penais, assevera que a assistência ao preso internado é dever do Estado e tem por objetivo prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. Para isso, prevê ao preso o amparo à assistência social, além de assistência material, à saúde, jurídica, educacional e religiosa. E o trabalho, é considerado segundo a lei, parte do dever social e condição da dignidade humana e que tem por finalidade, a educação e a produção, conforme art. 28 da referida lei.

Portanto, chamamos a atenção para os índices de internos que estão envolvidos em atividades laborativas, que são consideradas como fator indispensável ao processo de ressocialização do preso. Vejamos o gráfico a seguir :

TABELA 7 - Pessoas privadas de liberdade em atividade laboral por Unidade da Federação

UF	Pessoas trabalhando	Porcentagem de pessoas trabalhando
AC	1093	31%
AL	678	13%
AM	728	10%
AP	398	15%
BA	1706	14%
CE	4.281	21%
DF	2.280	17%
ES	2.198	14%
GO	1.889	14%
MA	692	15%
MG	8.831	16%
MS	4.266	30%
MT	1.648	16%
PA	1.407	11%
PB	826	9%
PE	4.982	16%
PI	314	10%
PR	3.955	20%
RJ	3	0%
RN	206	3%
RO	2.854	37%
RR	257	16%
RS	6.970	25%
SC	5.401	30%
SE	118	3%
SP	NI	NI
TO	433	13%
Total	58.414	16%

Fonte: Infopen, junho/2014

Em nosso estado, apenas 14% da população carcerária está envolvida em atividade laborativa e no país, do total da população carcerária, nós temos apenas 16% dos presos envolvidos em atividades laborais.

Com esses índices, devemos chamar a atenção para dois pontos de suma importância. Primeiro, se o trabalho está diretamente ligado a ressocialização, podemos afirmar que o sistema penal não ressocializa, porque não tem cumprido esse requisito fundamental, uma vez que os índices de atividade laboral são lastimavelmente baixos.

Segundo ponto, é que os cursos de capacitação profissional podem qualificar os internos para que eles tenham capacidade de exercer um trabalho de forma mais técnica, inclusive na conservação e manutenção dos presídios.

Existem cursos ofertados pelos projetos de inclusão social que qualificam os internos para manutenção elétrica, hidráulica, de organização administrativa que envolve organização de documentos, atividades exercidas na organização de um escritório, cursos técnicos na área de alimentos, entre outras, conforme tabela 5 da pag. 69.

Tais qualificações conferem capacidade técnica para os internos exercerem atividades ou trabalhos nos presídios, que poderiam dispensar terceirização da mão de obra, feita por empresas particulares, ou empregar seus internos nessas empresas prestadoras de serviços.

Dessa forma, aumentaríamos os índices de atividades nos presídios, atenderíamos às exigências da lei de execução penal e contribuiríamos para que os internos estivessem de fato ligados ao fator social (trabalho), que é considerado requisito fundamental para sua ressocialização.

Tal implicação é tão importante, que se faz necessário citar o pensamento da professora Cristina Rauter (2003) sobre a relação que se dá entre trabalho e reforma social.

No que se refere à questão da recuperação do criminoso, o trabalho será a terapêutica privilegiada. As prisões devem transformar-se em verdadeiras oficinas, em que o trabalho é antes de tudo oportunidade para o aprendizado da disciplina e da obediência e apenas secundariamente meio de subsistência (RAUTER, 2003, p.63).

Concluindo esse ponto de nossa discussão, gostaríamos mais uma vez de conclamar a participação da pesquisadora Cristina Rauter (2013, pp. 63 e 64) que nos assegura:

Nada melhor, para o combate ao crime, que combater o ócio e a indisciplina, tanto na sociedade como um todo quanto na prisão, enquanto micro-sociedade. O meio privilegiado para o aprendizado da disciplina, do respeito à lei, da obediência, é justamente o trabalho.

Dessa forma, fica evidenciado que tanto a sociedade precisa de uma população em atividade laborativa para evitar avolumar a incidência da criminalidade e da violência, quanto à prisão, enquanto micro-sociedade.

Não podemos deixar de relacionar todo esse retorno, todas essas observações e toda a expectativa que se cria com a implantação de medidas políticas de inclusão social como um investimento governamental de caráter preventivo à ocorrência da violência e criminalidade. Por isso cabe ressaltar a importância desses investimentos para a própria segurança pública.

Devemos levar em conta segundo Di Pietro (2001), que o princípio da eficiência, presente no art.37 da Constituição Federal, corresponde a ideia de que as atividades e os recursos públicos devem ter o objetivo de alcançar os melhores resultados na prestação do serviço público. Para isso, deve-se esperar um bom retorno do investimento feito com esses recursos.

Na obra “A Síndrome da Rainha vermelha”, Rolim (2006) revela que, num projeto conhecido como “Perry Project”, aplicado em Ypsilanti, Michigan, que visa o desenvolvimento de habilidades cognitivas, inteligência e frequência em pré-escolas, o investimento feito em prevenção ao crime resultou no retorno econômico a longo prazo, de 7 dólares para cada dólar investido.

Merece nossa atenção esse tipo de política preventiva, pois sabemos que os gastos financeiros do crime são muito altos. Farrington (2002) citado por Rolim(2006,p.108) mostra um estudo como a estimativa dos prejuízos com o crime na Inglaterra e no País de Gales, somando um total de 60 bilhões de libras no ano de 1999. Alguns estudos apontam que a violência custa para os EUA 5% do seu PIB (Mendel et al.,1993). Essas cifras podem atingir o custo de 168 bilhões de dólares na América latina (14,2%) do PIB (Londoño e Guerrero,1999) citado por Rolim (2006,p.108).

Para visualizarmos isso em nossa realidade, Rolim (2006) cita o estudo feito por Kahn(2000,p.26) que mostra as estimativas dos custos gerais com o crime no estado de São Paulo, nesse estudo conclui que:

O PIB nominal do estado de São Paulo foi de 241,58 bilhões de dólares ou de 292,31 bilhões de reais, em valores de 1997, segundo Seade. Os custos da violência aqui levantados, em caráter provisório, atingem a cifra de 8 bilhões e 96 milhões de reais, ou cerca de 3% do PIB estadual. É difícil julgar se esta é uma proporção elevada ou não em comparação com outros estados ou países , mesmo porque não existe comparabilidade metodológica deste estudo com os demais. Mas é sem dúvida um gasto elevado quando comparamos com o que é investido em outros setores: representa, por exemplo,2,7 vezes o gasto feito com a Secretaria da Saúde e 21,7 vezes o gasto com a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social em 1998.

Pelos números apresentados já é possível notar a importância de se investir na prevenção da ocorrência da criminalidade e da violência, tendo em vista que os prejuízos causados pelo seu acontecimento são muito destrutivos ao erário. É conclusivo o pensamento de que é menos gravoso a saída de recurso como forma de investimento do que para reparação de danos.

Como fundamento dessa afirmação está o relato do próprio Rolim(2006) quando comenta sobre os gastos anuais realizados nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais com a Segurança Pública.

Um estudo sobre os gastos anuais com segurança Pública no município do Rio de Janeiro, contabilizados os custos hospitalares e os do sistema persecutório e da justiça criminal, as transferências sociais em seguros, os anos perdidos por mortes prematuras etc., estimou um prejuízo anual de 2,5 bilhões de reais- cerca de 5% do

PIB municipal. Esses números seriam ainda mais expressivos caso fossem contabilizados os gastos com segurança privada e os efeitos inibidores da violência sobre os negócios e os investimentos. Em 1995, considerando apenas os gastos orçamentários, o governo de Minas Gerais gastou 940 milhões de reais com seu sistema de segurança, o que equivale a 10% do orçamento realizado naquele ano.(Rolim,2006,p.109)

Isso nos mostra que o investimento na prevenção é sim, mais eficiente para a administração pública do que medidas de reparação, como construção de presídios, custeio do sistema persecutório criminal, aumento do policiamento e o custeio de outras medidas necessárias após a ocorrência do crime.

Rolim (2006,p.109) relata o importante estudo feito por Sansfaçon e Welsh(1999) que calculou os benefícios tidos pelos investimentos voltados ao desenvolvimento das crianças e jovens que amparem as famílias na redução de crimes. Tais benefícios variam de \$ 1,06 a \$ 7,16 para cada dólar gasto. Esse estudo, ainda demonstrou que as ações que visam a redução das oportunidades de vitimização produzem um retorno de \$ 1,83 a \$ 7,14 para cada dólar gasto.

Após o relato de todos esses benefícios adquiridos através de medidas preventivas, Rolim(2006) conclui:

Sabe-se, por fim, que a redução dos atos infracionais e uma melhora nos indicadores de integração social normalmente produzem uma série de outros benefícios, inclusive econômicos. Tais benefícios vão desde maior oferta de empregos, maior arrecadação de impostos e aumento dos investimentos nas comunidades à diminuição da demanda em relação à justiça criminal e aos serviços de assistência social e de saúde pública.(ROLIM,2006,p.109)

Outro importante estudo citado por Rolim (2006), revela segundo a Rand Corporation que uma redução de 10% nas taxas criminais nos EUA custaria 228 dólares em impostos a mais, a serem pagos por cada família, caso a intenção fosse

aumentar as taxas de encarceramento. Caso a medida visasse a melhora nos serviços de liberdade condicional, para a mesma redução, o valor gasto seria 118 dólares; 48 dólares caso se escolhesse investir em treinamento dos pais; e 32 dólares caso a escolha fosse apoiar jovens em situação de com o fim de que esses completassem sua formação escolar (Greenwood et AL.,1996).

Não menos importante, está a descrição de dois estudos, feita por Rolim (2006) relacionando o custo/benefício de investimentos de caráter preventivo, e seus resultados no âmbito da sociedade.

Estudos realizados na Holanda, como os de Van Dijk (1997), por exemplo, mostraram que, entre os cenários possíveis para se alcançar uma redução de 10% nas taxas de criminalidade, investimentos de caráter preventivo em desenvolvimento pessoal seriam muito mais efetivos do que aumentar o policiamento com a contratação de mil novos policiais. Por conta disso, o governo Holandês realocou 100 milhões de dólares – previstos para investimento em segurança pública durante cinco anos – para programas de prevenção. Um amplo estudo de revisão desenvolvido por Aos ET AL. (2001) analisou 400 pesquisas sobre a relação custo/benefício de programas de prevenção nos EUA e no Canadá nos últimos 25 anos, e demonstrou que alguns deles podem garantir um retorno de até \$ 20 dólares em benefícios derivados da redução da criminalidade para cada dólar investido. Em 1992, os norte-americanos gastaram 93,7 bilhões de dólares em manutenção do seu sistema de justiça criminal (ROLIM,2006, p.109).

Os cálculos que relacionam o custo/benefício desses programas são bastante relevantes quando estamos tratando de criminalidade e violência, mas cabe ressaltar que os “custos” reais ligados a esses problemas são na verdade dramáticos e intangíveis. Alguns prejuízos são tangíveis, tais como a subtração de bens, danos à propriedade, recurso destinados em tratamento hospitalar às vítimas, entretanto o medo, a dor o sofrimento e a redução da qualidade de vida que deles advém, são custos que não podem ser estimados (ROLIM,2006, p.110).

Cabe salientar também que, durante o período de processamento da pesquisa, notamos que em todos os trabalhos similares as propostas do Projovem ou que envolvessem algum plano de educação ou inclusão social, circundavam sobre eles a ocorrência de uma melhora acentuada das dimensões que compõem o homem, segundo os conceitos da Psicologia Evolutiva, que se dá pela união das dimensões física, mental e emocional, como já destacamos diversas vezes anteriormente.

Para demonstrar essa afirmação, faremos aqui, o paralelo que prometemos com a pesquisa intitulada “Adolescente e Ato Infracional: A educação não formal como fator de proteção”, a qual chamaremos “pesquisa 1”, com os resultados que tivemos das entrevistas feitas aos alunos-internos do Projovem, que chamaremos de “pesquisa 2”.

Em ambas as pesquisas obtivemos maior ocorrência de indivíduos classificados como sendo de cor parda, 50% na pesquisa 1 e 39,6% na pesquisa 2. Logo em seguida, a preponderância de indivíduos classificados como de raça/cor branca, com 25% na pesquisa 1 e 33,3% na pesquisa 2.

Quanto ao grau de instrução tivemos maior número daqueles que possuem o ensino médio completo do que aqueles que apresenta o ensino médio incompleto. Na pesquisa 1 temos “67% cursando o ensino superior, 25% com ensino médio completo e 8% com ensino médio incompleto. Já na pesquisa 2 temos: 34,92% possuem o ensino médio completo e 26,98% estão cursando o ensino médio, 7,93% possuem o ensino fundamental completo e 30,15% estão entre a 5ª e a 7ª série do ensino fundamental.

Para a confirmação das nossas suposições quanto às semelhanças entre fatores que causam influência no êxito dos projetos de inclusão social, buscamos realizar perguntas “abertas” para perceber, pela fala dos participantes, suas opiniões a respeito do projeto do qual eles foram participantes. Faremos um mesmo paralelo com os resultados da pesquisa1, que optou pelo mesmo estilo de pergunta.

Foi questionado:

Sobre os motivos ou dificuldade em permanecer no projeto.

Respostas:

O gostar do ambiente do Instituto. Era um ambiente assim, que te acolhia, por ser um ambiente simples, ele te acolhia de uma forma assim, inimaginável. O Instituto ele, eu ia lá e me sentia em casa, era essa a definição que eu tenho pro Instituto naquela época. Então eu chegava lá e me sentia em casa, eu me sentia à vontade, as pessoas me acolhiam, as pessoas conversavam comigo, sem diferença, sem tratar com diferença. Então, o Instituto, o que me motivou foi o modo de tratar, o modo de lidar com as coisas, é, saber é, incentivar as pessoas a fazer aquilo que elas gostam, então foi o que me motivou, foi muito incentivo mesmo, do Instituto em relação a isso. **(entrevistado A) (Pesquisa1) (Dimensão otimizada: Social).**

Isso aqui foi uma nova oportunidade que Deus me deu para eu ter um auto-conhecimento, fiz verdadeiras amizades independente das dificuldades, vou te agradecer mais uma vez pela reflexão que fizemos toda manhã, tem me ajudado bastante nesses dias, obrigado e Deus te ilumine hoje e sempre. **(Interno 58) (Pesquisa 2) (Dimensão otimizada: Social, amizades).**

Por que assim, era algo diferente que eu nunca tinha visto, feito nada, né. Então assim, pra mim foi bom por que eu comecei a conhecer coisas novas, aprender coisas novas, assim, sempre gostei de cantar então foi algo que me chamou atenção. Aprender a tocar eu também sempre quis. É, então acho que isso mesmo, a convivência né, com outras pessoas. **(entrevistado E) (Pesquisa 1) (Dimensão otimizada: Mental, intelectual).**

Eu queria ampliar um pouco mais os meus conhecimentos. E buscar alguns certificados profissionais que aumenta ainda mais nossos conhecimentos. **(Interno 34) (Pesquisa 2) (Dimensão otimizada: Mental, intelectual).**

Eu aceitei participar porque acredito na minha mudança e buscava conhecimento e aprendizado. **(Interno 26) (Pesquisa 2) (Dimensão otimizada: Mental, intelectual).**

Por esses padrões de respostas, pudemos verificar claramente que em ambas as pesquisas existe a repetição de gratidão ao programa de inclusão no que diz respeito a oportunidade de otimização da dimensão social e intelectual dos indivíduos que participaram desses projetos de inclusão social.

Foi questionado:

Sobre coisas que marcaram durante a fase de aprendizado.

Respostas:

(...) acho que contribuiu muito para o que eu sou hoje né. Por que assim, ... (choro). Lá a gente não aprendia só, só tocar e só cantar, era uma relação de convivência, respeito um com o outro. De respeitar as diferenças né, que cada um tem suas particularidades. Então acho que isso contribuiu muito pra mim. Hoje por eu tá fazendo pedagogia, que também não é só a escola né, que educa, que outros espaços também tem papel de educar, de contribuir para a formação do sujeito né. Então acho que é isso. **(entrevistado E) (Pesquisa 1) (Dimensão otimizada: Evidente que pelo choro, houve contribuição na dimensão emocional por conta do equilíbrio entre a recreação e aprendizado).**

Essa experiência contribuiu muito bem pra minha vida mesmo, assim em tudo. Meu comportamento principalmente (...). Ah, por que eu acho que eu era muito elétrico, assim, e depois eu fiquei mais calmo, assim. Eu também era mais tímido, depois eu me soltei mais. Não muito, mas me soltei. **(entrevistado F) (Pesquisa 1) (Dimensão otimizada: Físico, emocional, social).**

Tive melhoras na vida social. **(Interno30) (Pesquisa 2) (Dimensão otimizada: Social).**

Bom, sonho em cursar faculdade; e aprendi muito sobre “nunca desistir”, com a experiência do meu instrutor. Permanecer no curso não foi dificuldade foi alívio. **(Interno 59) (pesquisa 2) (Dimensão otimizada: Emocional, intelectual, social).**

Diante dessas respostas, vemos evidência de melhora em todas as dimensões da vida dos participantes. Em cada discurso proferido encontramos o acolhimento, o alívio que os participantes experimentaram ao serem abraçados pelos projetos.

Novamente foi questionado:

Descreva algo marcante para você e que ocorreu no período de sua participação no “Projovem”.

E as respostas evidenciaram outro tipo de dimensão valorizada por eles:

Ao começar as aulas sempre tinha orações e que foi bastante marcante.

(pesquisa 2) (Interno 21).

Foi os conhecimentos do professor, as aulas e o estudo da bíblia que o professor passou para a turma. **(pesquisa 2) (Interno 1)**.

[...]Te agradeço pela oportunidade que eu te pedi na primeira vez que nos vimos, de poder falar de Deus e fazermos nossa oração diária, pois para muitos é o único momento de se relacionar com o Pai. **(Pesquisa 2) (Interno 41)**.

Professor, em primeiro lugar quero te agradecer por todos as coisas que você fez por nós, por ter trago amor, felicidade, carinho, compreensão, dedicação e a principal coisa, a palavra de Deus, que se resume em todos esses sentimentos... **(Pesquisa 2) (Interno 59)**.

Pudemos notar quão importante é para o ser humano estar em contato com pessoas, ambiente, informações e condições que lhe favoreçam o crescimento como cidadão, profissional, como membro de uma família, se identificando como filho, pai, irmão e amigo. Acreditamos que a junção de todos esses fatos é que contribuem para despertar no indivíduo o desejo de mudar, de crescer, de almejar tornar um passado triste em uma realidade cheia de esperança, de confiar e se apegar nas oportunidades.

Apreendi muitas coisas com nosso professor, aprendi a ser alguém na vida que eu não era na sociedade. **(Pesquisa 2) (Interno12)**.

Foi perguntado:

Por que você aceitou matricular-se no Projovem? O que você buscava por meio do programa?

Respostas

Minha ressocialização, meu conhecimento. O mais marcante foi o Projovem escolher um professor que se dedicou tão verdadeiramente **(Pesquisa 2) (Interno 21)**.

Queria uma chance de mudança, aprendizado e ressocialização. **(Pesquisa 2) (Interno31)**.

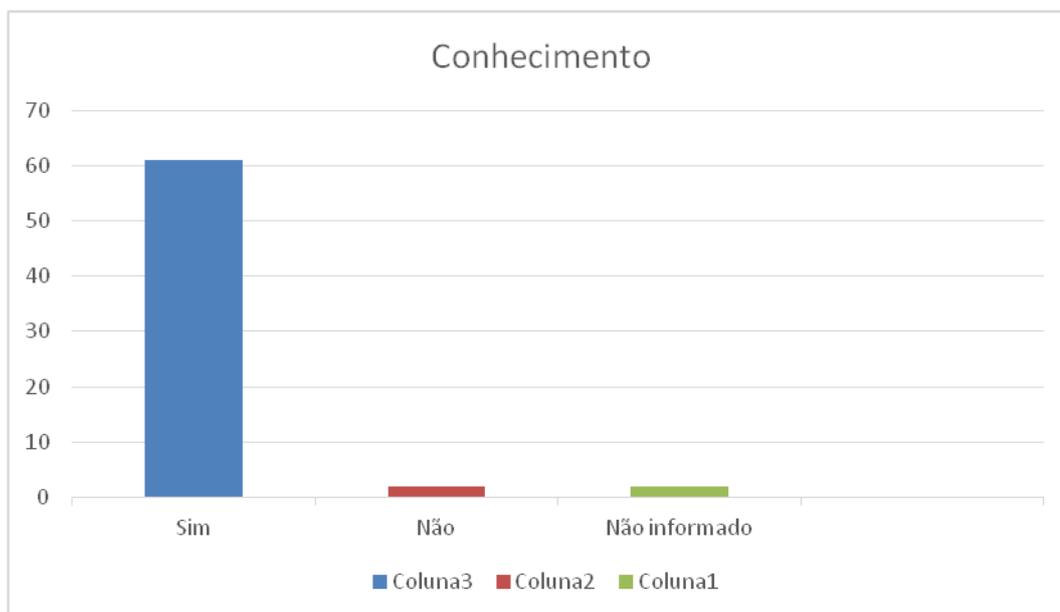
Conhecimento e preparo para o mercado de trabalho. O programa abriu minha mente para a área e descobri coisas que achava impossível, mas nada é impossível para quem quer aprender. **(Pesquisa 2) (Interno13).**

Foi uma nova experiência, além do mais sou jovem e estou em busca de qualificações profissionalizantes. Bom, sonho em cursar faculdade; e aprendi muito sobre “nunca desistir” com a experiência do meu instrutor. **(Pesquisa 2) (Interno59).**

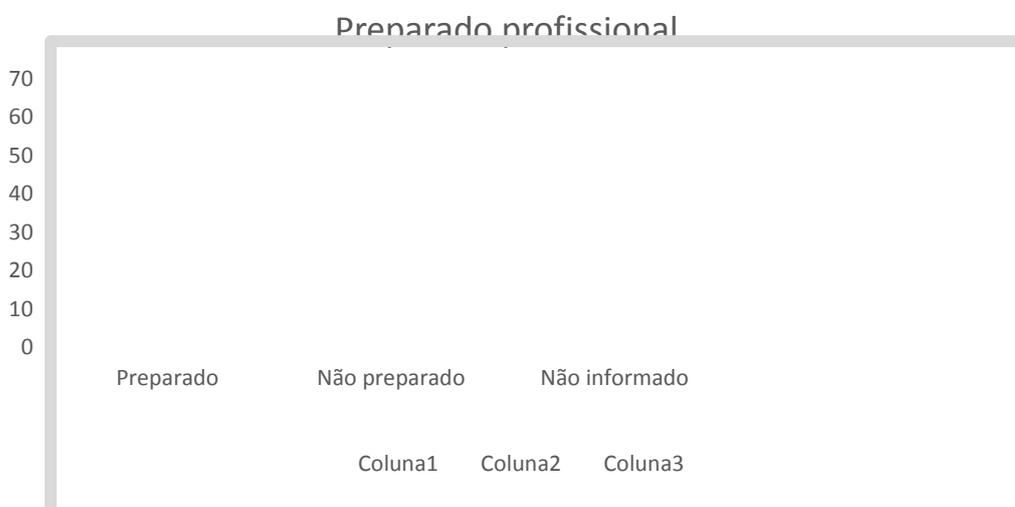
Entender sobre o transporte e administração para conseguir uma vaga de emprego quando sair e cuidar da minha família. **(Pesquisa 2) (Interno 64).**

Uma nova oportunidade de uma nova vida na sociedade. **(Pesquisa 2) (Interno 43).**

Realizamos no questionamento perguntas mais específicas sobre os benefícios que os participantes obtiveram durante a participação no Projovem. Questionamos, se o curso contribuiu positivamente no nível de conhecimento do interno. Tivemos o resultado de que 93,8% dos alunos responderam positivamente ao crescimento intelectual, obtenção de conhecimento. Apenas 3,07% afirmaram negativamente e outros 3,07% não quiseram se pronunciar.

GRÁFICO 7 – Benefício (Conhecimento)

Outra pergunta relacionada ao benefício que o curso poderia proporcionar, foi o preparo para o mercado de trabalho. Tivemos os seguintes resultados: 92,3% dos internos afirmaram se sentirem preparados para o mercado de trabalho, apenas 0,65% afirmaram não estarem prontos e outros 6,1% não responderam à questão.

GRÁFICO 8– Preparado Para o Mercado de Trabalho

Perguntamos se o curso pode trazer o benefício de novas relações pessoais, novos laços de amizade para os internos que participaram do projeto. Do total de internos que responderam 86,1% revelaram obter o benefício de novos laços de amizade, outros 6,1% afirmaram não ter adquirido novos amigos e 7,6% não responderam ao questionamento.

Por fim, perguntamos se o ingresso para fazer o curso se deu apenas para a distração da mente, sair da cela. Deixamos a opção outros benefícios para ser marcado e o espaço em branco caso houvesse o interesse de descrevê-los. Não tivemos outras respostas diferente de: Nova oportunidade, novos conhecimentos, chance de mudança e evolução no conhecimento.

Acreditamos que essas respostas, refletem justamente aquilo que intuitivamente nos pareceu ser de grande relevância no processo de ressocialização desses internos, a educação proposta pelo projeto e os benefícios que assumem um importante papel nesse processo.

Acreditamos que tais cursos, para além dos conhecimentos oferecidos, promovem nos indivíduos um senso de aceitação, de ser respeitado, de ser reconhecido como indivíduo social, reconstruindo ligações sadias com o tecido social, que podem ter se perdido ou sequer existido.

Como diz Maturana (1979), é preciso amar, respeitar e aceitar o outro, e nesse processo de educação, acreditamos que as respostas desses alunos são claramente o reflexo de um processo de ensino baseado naquilo que foi proposto pelos educadores que estudamos até aqui.

No final das horas propostas para o curso, o IPPES, órgão de execução do programa realizou a entrega dos certificados profissionais de cada aluno e contou com o apoio da direção e equipe de segurança dos presídios para realizar a formatura para entrega dos certificados. Acreditamos que essa formação também crie nos indivíduos uma sensação de vitória, de etapa concluída na vida. Acreditamos que assim como ocorreu conosco, a implantação do projeto e as atividades empreendidas por ele, tenha trazido motivação para que os internos continuem buscando superar os obstáculos da vida.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo, verificar se o projeto Projovem poderia ser usado como mecanismo de reintegração e inclusão social e por conseguinte, potencialmente diminuir os reflexos da reincidência e criminalidade.

Essa temática nos levou a reconhecer as dificuldades presentes no sistema carcerário e analisar que tal sistema, sem a participação da sociedade, do governo e iniciativas populares não tem força em si mesmo para regeneração social ou ressocializar o indivíduo.

O objetivo do projeto é criar novas oportunidades, não apenas para a ressocialização dos sujeitos, mas para pensar em mecanismos de enfrentamento dos problemas que nossa sociedade vive hodiernamente.

Nesse sentido retomamos a ideia de Baratta (1990) de que o cárcere é uma barreira que foi criada pela sociedade para que esta se mantenha distante de problemas e conflitos que necessitam de um estudo profundo e de ações bem pensadas e conjuntas para se obter resultados.

Ampliamos, por meio de levantamento de dados, os conhecimentos sobre as propostas dos projetos de inclusão social, independente de qualquer vertente de atuação, seja na aplicação de educação não formal, informal ou de cursos profissionalizantes.

A partir disso, verificamos que tais projetos contribuem diretamente como um considerável estimulante para o enfrentamento de crises que envolvem principalmente indivíduos das camadas sociais menos favorecidas, proporcionando a estes a possibilidade de ampliar as dimensões que o compõe como ser humano, quer seja em eu estado físico, mental, social ou emocional.

Verifica-se também que não são tão satisfatórios os índices de êxito desses programas quanto à sua função de inclusão direta no mercado de trabalho. Primeiramente porque o atual cenário econômico do país não é tão favorável no que tange ao oferecimento de inserção no mercado - isso fica evidente nos quadros da

tabela 3 (pag.35) e indefinido nesta pesquisa porque não foi possível obter as informações sobre a ocupação dos internos, já em situação de semiliberdade.

Outro ponto que verificamos, é que, os cursos de inclusão social possuem um papel importante de incentivar a inserção e a manutenção da educação, uma vez que se observa na maioria das propostas, a necessidade de estar o aluno regularmente matriculado na escola. Portanto contribui diretamente para a educação formal, tendo em vista que a população carcerária é composta de aproximadamente 440 mil detentos e 70% deles estão na faixa etária que o projeto alcança (jovens de 18 a 29 anos), que não completaram o ensino fundamental e ainda, 10% desses sendo analfabetos.

Ademais, verifica-se que apenas 16% da população carcerária em todo o país está atrelada a atividades trabalhistas, o que se mostra um índice extremamente baixo e que desobedece substancialmente às exigências legais da Lei de execução penal e, portanto, inviabiliza a ressocialização do preso.

Ligado a isso, verificamos baixos índices de indivíduos em reclusão, matriculados em atividade educacional. Aqui no Espírito Santo temos 2834 indivíduos, o que corresponde apenas 17% da população carcerária do estado. A participação e fomento do Governo deve ser mais intensa nesse sentido, pois os projetos de inclusão retomam a atividade estudantil dos indivíduos e lhes conferem ainda qualificação profissional.

Além do mais, uma importante informação que extraímos sobre a educação inclusiva é que esta se mostra como um investimento de baixo custo ao estado, mas bem produtiva, pois eleva os índices educacionais. Notamos a partir dos dados que extraímos da tabela 4 (pag.40), que apenas 10% da população carcerária de todo país está ligada à atividade educacional, ou seja, evidenciamos pouco cuidado por parte do Sistema Carcerário nesse sentido, um erro crasso do Sistema, pois a educação é comprovadamente essencial, segundo os pesquisadores citados nesta pesquisa, no papel de reintegração social do indivíduo.

Temos de concluir que o sistema carcerário padece de eficácia no processo de ressocialização, pois os índices de presos envolvidos em atividades laborais e educacionais, que são considerados pelos estudiosos sobre a temática como um

dos importantes fatores ligados à reintegração social do preso, são também extremamente baixas e não cumprem as diretrizes legais essenciais ao processo de ressocialização do preso.

Por isso, destacamos que os projetos de inclusão social são fortes mecanismos de ressocialização e inclusão social, pois mantém os presos na urdidura da trama educacional e do trabalho.

Assim, pela proposta educacional e qualificação profissional ofertada pelo Projovem podemos afirmar que possui indicativos contundentes para mantê-lo como mecanismo de reinserção e inclusão social uma vez tende a incentivar a permanência do aluno no ensino regular, promovendo uma pedagogia que cria um senso de responsabilidade social em seus participantes e ainda o qualifica para o mercado de trabalho.

E, finalmente, tende a elevar o senso de aceitação no indivíduo contribuindo com sua autoestima, fazendo-o enxergar-se como parte da sociedade, crendo em sua recuperação para o convívio, e incentivando-o a ampliar seus horizontes para que esse encontre sucesso em sua vida social, profissional, mental, física e emocional.

[...] na dimensão emocional, precisa ter tempo para a recreação e trabalho, o equilíbrio entre os dois é essencial! E o mais importante: precisa lembrar que seu estado emocional depende de todas as outras dimensões. O cuidado com o emocional é essencial, pois, como já vimos, controla nossas decisões racionais (OLIVEIRA, 2015. p.189).

E por fim, gostaria de salientar que a reintegração social de indivíduos nos parece um desafio constante e, o Projovem, uma ferramenta a mais para solucioná-la.

9. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Eliane Ribeiro; PINHEIRO, Diógenes; ESTEVES, Luiz Carlos Gil; FARAH NETO, Miguel. **Juventude e educação nas prisões: demandas, direitos e inclusão**. Revista Eletrônica de Educação. São Carlos, SP: UFSCar, v. 7, no. 1, p. 228-247, mai. 2013. Disponível em <http://www.reveduc.ufscar.br>.

ARAÚJO, Alexandre Viana. **Política Pública, Juventude e educação: o programa nacional de inclusão de jovens na perspectiva dos atores envolvidos**. Recife: UFPE, 2011.

ASSIS, Rafael Damaceno. **A Realidade Atual do Sistema Penitenciário Brasileiro**. Revista CEJ, Brasília, AnoXI, 2007.

ASSUNÇÃO, Geniely Ribeiro da. **A (Des)proteção Social da Juventude: uma análise à luz da avaliação do Projovem Urbano segundo seus/as usuários/as** no município de João Pessoa/PB. Paraíba: UFPB, 2010.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

BOHN, Ewald. **Manual del psicodiagnóstico de Rorschach**. Madrid: Morata, 1971.

CARVALHO, Dierson Gonçalves e BELLEMAIN, Paula Moreira Baltar. CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES NA ABORDAGEM DE ÁREA DE FIGURAS PLANAS NO GUIA DE ESTUDO DO PROJovem URBANO: A ESCALA DOS NÍVEIS DE CODETERMINAÇÃO Educação Matemática na Educação de Jovens e Adultos. **João Pessoa (PB): UFB, 2012.**

CARVALHO, André e MARTINS, Sebastião. **CAPITALISMO**. Belo Horizonte Pessoa (BH): Lê, 1992.

DAMÁSIO, António. **O erro de Descartes: Emoção, Razão e o Cérebro**. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

DELUIZ, Neise. **Projovem trabalhador: Avanço ou Continuidade nas Políticas de Qualificação Profissional ?**. Rio de Janeiro: B.Téc. Senac: a R. Educ.Prof. , 2010.

DIAS, Ana Lucélia Silva. **As Políticas Públicas de Juventude em Descontinuidades: uma análise das práticas de evasão no Projovem Urbano de Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRS, 2012.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. – 13.ed.São Paulo:Atlas,2001.

FARAH Neto, Miguel; Leite, Ana Maria A. & Pinheiro, Diógenes. **Inclusão de Jovens Privados de Liberdade: algumas considerações sobre a experiência do projovem prisional no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Educação e Mudança**. 12.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

HUSMAN, Louk e CELIS, Jacqueline Bernat de. **Penas Perdidas**. O sistema penal em questão. Niteroi (RJ): Luam,1982.

INFOPEN. Relatório divulgado pelo Depen/MJ,2015. Disponível em <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2015/10/6e84a9b61e4a2da443a685be6b23afd2.pdf>)

<http://www.sejus.es.gov.br/index.php/2830-detentos-de-vila-velha-se-formam-em-cursos-de-qualificacao>)

INSTITUTO AVANTE. **Brasil: Reincidência de até 70%**, 2014. Disponível em <http://institutoavantebrasil.com.br/brasil-reincidencia-de-ate-70/>

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **A ressocialização através do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro**. Rio de Janeiro (2009).

KOTHE, Flavio R. e BARBOSA, Regis. **OS ECONOMISTAS; KARL MARX: O Processo de Produção do Capital**. São Paulo: Nova Cultura, 1983.

LIMA, Roberto Moreira da Costa. A penitenciária de São Paulo. Revista de Direito Penal, vol. X, 1935, p.32.

MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Tradução: José Fernando Campos Fortes. Belo Horizonte (MG): UFMG, 1998.

MELOSSI, Dario e PAVARINI, Massimo. **Cárcere e Fábrica: As origens do sistema penitenciário (séculos XVI – XX)** 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

O EXPERIMENTO de Aprisionamento de Standford. Direção: Kyle Patrick Alvarez. Elenco: Ezra Miller, Tye Sheridan, Billy Crudup. [S.I.]: Universal Pictures, 2015. Bobina cinematográfica (122 min), son., color.

OLIVEIRA, Marcos Martins. **Liderança e espiritualidade**. São Paulo: Leader, 2015.

OSMAR, Cavassan e SENICIATO, Tatiana. **Aulas de campo em ambientes naturais e aprendizagem em ciências – um estudo com alunos do ensino fundamental**. São Paulo: Ciência e Educação, 2004.

RAUTER, Cristina. **Criminologia e subjetividade no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ROLIM, Marcos, 1960- **A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**/Marcos Rolim. – Rio de Janeiro: Zahar; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.

SILVA, Angela Cardoso Ferreira. Jovens e Políticas Públicas: Representações Sociais de educação entre jovens do Projovem urbano na cidade de João Pessoa/PB – **João Pessoa: UFPB, 2011**.

UNESCO. CONFINTEA VI. Marco de ação de Belém. Brasília: UNESCO, 2011.

UNESCO. Políticas Públicas de/para/com juventudes. Brasília, 2004.

VINE, expository Dictionary of Biblical words, Thomas Nelson, Nashville, TN, USA. 1 ed, 1985.



SEJUS / GS
N.º Processo: 73637114
Fis.: 27
Rubrica: <i>[assinatura]</i>

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
GABINETE DO SECRETÁRIO
Av. Governador Bley, 236, Ed. Fábio Ruschi, 9º andar, Ala Mar
CEP 29010-150 - Centro, Vitória/ES – www.sejus.es.gov.br
Fone: (27) 3636 5804 – Fax: (27) 3636 5801 - Email gabinete@sejus.es.gov.br

Ref.: Processo nº 73637114

DESPACHO Nº 2.552/2016

À SASP,

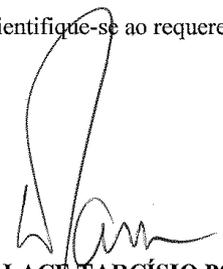
Trata-se de requerimento pelo aluno Jhonatan Silveiras Lopes, do curso de mestrado em Segurança Pública da Universidade Vila Velha, que solicita informações necessárias à conclusão de pesquisa acadêmica.

Em atenção às manifestações de fls. 25/26, defiro o requerimento apresentado, a fim de viabilizar a realização da pesquisa pleiteada.

Para tanto, solicito seja designado um servidor para acompanhamento e eventuais orientações.

Cientifique-se ao requerente.

Vitória, 20 de abril de 2016.


WALACE TARCÍSIO PONTES
Secretário de Estado da Justiça

UNIVERSIDADE VILA VELHA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM SEGURANÇA PÚBLICA

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Prezado Participante

Na condição de Mestrando do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública da Universidade de Vila Velha, realizo o projeto de pesquisa intitulado **O Projeto Projovem como Mecanismo de Ressocialização e Inclusão Social**, sob a orientação da Prof. Dr. Henrique Geaquinto Herkenhoff.

Este projeto propõe analisar como o Projovem pode auxiliar no processo de ressocialização e inclusão social de jovens reclusos no Complexo Penitenciário, bem como contribuir para a redução do número de reincidência criminal, contribuindo assim com a Segurança Pública. A Política Nacional de Inclusão de Jovens, na modalidade “Projovem Trabalhador”, será avaliada em Vila Velha no Complexo Penitenciário do Xuri. Para isso, dispus-me a colher informações, relatos, entrevistas, depoimentos, de jovens, educadores e gestores a fim de compreender como experimentam a formação do programa.

Os dados e resultados da pesquisa estarão sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos participantes em nenhuma apresentação oral ou trabalho que venha a ser publicado.

A participação na pesquisa é voluntária e não oferece risco ou prejuízo à pessoa participante. Se, no decorrer da pesquisa, qualquer participante decidir não mais continuar ou cancelar o uso das informações restadas, terá toda a liberdade de fazê-lo, sem que isso lhe acarrete qualquer consequência.

Comprometo-me em esclarecer qualquer dúvida ou necessidade de informações ao participante e/ou aos seus responsáveis, durante ou após o período da pesquisa, através dos seguintes contatos:

Telefone: (27) – 99993-0044, e-mail: jhon_120288@hotmail.com.

Jhonatan Silves Lopes

AUTORIZAÇÃO

Eu _____, portador do documento de identificação (número do documento) _____, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de depoimento, relatos e entrevistas para que sejam utilizados anonimamente na pesquisa e dissertação de mestrado desenvolvidas por Jhonatan Silvaes Lopes.

Fui informado/a das finalidades, objetivos e metodologia da pesquisa. Além disso, sei que terei liberdade de retirar meu consentimento a qualquer momento. Estou ciente de que as informações colhidas terão caráter confidencial e só serão utilizados sem identificação.

_____ de _____ de 2016.

Assinatura

Assinatura do pesquisador

UNIVERSIDADE VILA VELHA
MESTRADO EM SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE PESQUISA – O PROJÓVEM COMO MECÂNISMO DE
RESSOCIALIZAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL

O projeto de pesquisa “– O Projeto Projóvem como Mecânismo de Ressocialização e Inclusão Social: Uma análise do Complexo do Xuri” busca entender como acontecem as políticas públicas de educação de jovens na grande Vitória- ES. Pretende, com isso, produzir informações para que estas ações sejam qualificadas contribuindo com a segurança Pública avaliando sua eficácia como meio de reintegração Social e potencialmente minorar os efeitos da reincidência criminal.

Com este questionário buscamos saber mais sobre a sua experiência com o Projóvem, por isso você está sendo convidado a respondê-lo. Sua participação é voluntária e você pode desistir de participar a qualquer momento. Os participantes não serão identificados, sendo que somente a equipe de pesquisa terá acesso direto às informações.

Idade: _____ Sexo: _____ Cor: _____

Bairro onde residia: _____

Com quem morava?

Já trabalhou? () sim () não

Com carteira assinada? () sim () não

Ocupação: _____

Estudou até que série?

Segundo seus cálculos, quanto tempo ainda lhe resta de pena à cumprir?

Porque você aceitou matricular-se no Projóvem? O que você buscava através do programa?

Se possível, descreva algo no aprendizado das aulas que foi marcante para você e que ocorreu no período de sua participação no Projovem?

Quais as dificuldades em permanecer no Projovem?

No decorrer do projeto, você pensou em deixar de frequentar o Projovem, por quê? O que te motivou a continuar?

Qual a sua expectativa com a qualificação pelo Projovem?

Pretende/ trabalhou/ ou trabalha na área do curso?

Como você descreveria a sua experiência no Projovem?

Espaço reservado para mais algum comentário ou melhorias para o programa que você queira registrar:

Quais os principais benefícios que você obteve por participar do Projovem:

Conhecimento?

Sim () Não ()

Preparo para o mercado de trabalho?

Sim () Não ()

Novas amizades?

Sim () Não ()

Apenas para distrair a mente?

Sim () Não ()

Outros ()
